



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**Curso de Bacharelado em
Administração Pública**

Projeto Pedagógico de Curso

Porto Alegre, agosto de 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Profa. Dra. Arisa Araujo da Luz
Vice-Reitora: Profa. Dra. Eliane Maria Kolchinski

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Pró-Reitora: Profa. Dra. Armgard Lutz

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Clódis de Oliveira Andrades Filho

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitor: Prof. Me. Ernane Pfüller

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Me. Ismael Mauri Gewehr Ramadam

DIRETORIA DE CAMPI REGIONAIS

Região I: Prof. Me. Vinicius Leônidas Curcio

Região II: Prof. Me. Rodrigo Koch

Região III: Prof. Me. Fabrício Soares

Região IV: Prof. Dr. Mastrângello Enivar Lanza Nova

Região V: Prof. Dr. Benjamin Dias Osório Filho

Região VI: Prof. Me. Anor Aluizio Menine Guedes

Região VII: Profa. Me. Taís Pegoraro Scaglioni

COORDENADORIAS DE ÁREAS

Área das Ciências Humanas: Profa. Dra. Mirna Suzana Viera de Martínez

Área das Ciências da Vida e do Meio Ambiente: Profa. Dra. Gabriela Silva Dias

Área das Ciências Exatas e Engenharias:

Profa. Dra. Leticia Vieira Guimarães

ELABORAÇÃO DO PROJETO

Comissão de Transição

Prof. Dr. Celmar Correa de Oliveira – Presidente da Comissão

Profa. Me. Débora Dutra

Profa. Dra. Jaciane Cristina Costa Ladeira

Prof. Me. Mauro Mastella

Profa. Dra. Mirna Susana Vieira de Martinez

Prof. Me. Samba Sé

Diário Oficial do Estado – Portaria N° 177/2014 – Constituição da Comissão para Análise Curricular de Administração: Gestão Pública

Diário Oficial do Estado – Portaria 191/2014 – Adita a Portaria 177/2014

Diário Oficial do Estado – Portaria N° 118/2015 – Comissão de Transição do Curso de Administração: Gestão Pública para Administração Pública

Núcleo Docente Estruturante – Porto Alegre

Profa. Me. Ana Carolina Martins da Silva

Profa. Me. Caroline da Costa Duschitz

Prof. Dr. Celmar Correa de Oliveira

Profa. Dra. Jaciane Cristina Costa Ladeira

Profa. Me. Janaina Carneiro da Silva

Prof. Me. Mauro Mastella – Coordenador

Profa. Dra. Paola Carmen Valenzuela Canepa

Núcleo Docente Estruturante – Frederico Westphalen

Profa. Me. Analisa Tiburski Sommer

Profa. Me. Cláudia Cristina Wesendonck

Prof. Me. Lucas Veiga Ávila

Prof. Dr. Paulo Vanderlei Vargas Groff

Prof. Me. Samba Sané - Coordenador

Diário Oficial do Estado – Portaria N° 074/2015 – Designação dos Membros Componentes do NDE de Frederico Westphalen

Diário Oficial do Estado – Portaria N° 115/2015 – Designa os Componentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração: Gestão Pública nas Unidades de Frederico Westphalen e Porto Alegre

Diário Oficial do Estado – Portaria N° 151/2015 – Designação de Membro Componentes do NDE de Porto Alegre

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 HISTÓRICO DO CURSO	15
1.4 LEGISLAÇÃO	16
II - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO	19
2.1.1 Dados de Identificação do Curso	23
2.1.1.1 Formas de Ingresso	25
2.1.2 Objetivos do Curso	26
2.1.3 Público-Alvo	27
2.1.4 Perfil do Egresso do Curso de Bacharelado em Administração Pública ...	27
2.2 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	29
2.3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	32
2.3.1 Grade Curricular	33
2.3.2 Atividades Complementares	34
2.3.3 Equivalências	35
2.3.2.1 Disciplinas equivalentes do Curso de Administração Gestão Pública no Curso Administração Pública	36
2.3.2.2 Disciplinas equivalentes do Curso de Administração de Sistemas e Serviços de Saúde no Curso Administração Pública	37
2.3.2.3 Disciplinas equivalentes do Curso Administração Pública nos cursos de Administração Gestão Pública e Administração de Sistemas e Serviços de Saúde	38
2.4 PROPOSTA ACADÊMICA	41
2.4.1 Componentes Curriculares do 1º semestre	41
2.4.1.1 Produção de Textos e Expressão	41
2.4.1.2 Tecnologia de Informação	42
2.4.1.3 Introdução à Administração Pública	43

2.4.1.4 Economia	45
2.4.1.5 Contabilidade Pública	46
2.4.2 Componentes Curriculares do 2º semestre	47
2.4.2.1 Métodos Investigativos.....	47
2.4.2.2 Teoria Geral da Administração.....	49
2.4.2.3 Custos.....	50
2.4.2.4 Instituições de Direito	51
2.4.2.5 Cálculo	52
2.4.2.6 Sociologia das Organizações.....	53
2.4.3 Componentes Curriculares do 3º semestre	54
2.4.3.1 Economia do Setor Público	54
2.4.3.2 Filosofia Política	55
2.4.3.3 Administração Pública I.....	56
2.4.3.4 Teoria das Organizações	57
2.4.3.5 Matemática Financeira	58
2.4.3.6 O Estado Brasileiro e a Administração Pública	59
2.4.4 Componentes Curriculares do 4º semestre	59
2.4.4.1 Psicologia Organizacional	59
2.4.4.2 Financiamento Público	61
2.4.4.3 Estatística	62
2.4.4.4 Gestão Financeira e Orçamentária I	63
2.4.4.5 Gestão de Processos	64
2.4.4.6 Direito Constitucional	65
2.4.5 Componentes Curriculares do 5º semestre	66
2.4.5.1 Gestão de Pessoas	66
2.4.5.2 Políticas no Estado Democrático de Direito	67
2.4.5.3 Gestão Financeira e Orçamentária II	68
2.4.5.4 Direito Administrativo I	69
2.4.5.5 Estudos Antropológicos	70
2.4.5.6 Marketing no Setor Público	71
2.4.6 Componentes Curriculares do 6º semestre	72

2.4.6.1 Inovação	72
2.4.6.2 Gestão de Operações de Serviços	73
2.4.6.2 Mídia e Comunicação	74
2.4.6.4 Metodologia da Pesquisa.....	75
2.4.6.5 Planejamento Estratégico e Governamental.....	76
2.4.6.6 Direito Administrativo II	77
2.4.6.7 Gestão e Sustentabilidade	78
2.4.7 Componentes Curriculares do 7º semestre.....	79
2.4.7.1 Estado, Mercado e Terceiro Setor	79
2.4.7.2 Projetos Públicos	80
2.4.7.3 Oficina de Trabalho de Curso I	81
2.4.7.4 Políticas Públicas Comparadas.....	82
2.4.7.5 Logística.....	83
2.4.7.6 Direito Regulatório	84
2.4.8 Componentes Curriculares do 8º semestre.....	85
2.4.8.1 Governo Eletrônico	85
2.4.8.2 Avaliação de Projetos Públicos.....	86
2.4.8.3 Oficina de Trabalho de Curso II	87
2.4.8.4 Ética e Administração Pública.....	88
2.4.8.5 Controle Social.....	89
2.4.8.6 Ciência Política	89
2.4.8.7 Estágio Curricular Supervisionado.....	90
2.4.9 Componentes Curriculares Eletivos	92
2.4.9.1 Conceitos Matemáticos.....	92
2.4.9.2 Decisão e Liderança	92
2.4.9.3 Estatística Inferencial	93
2.4.9.4 Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	94
2.4.9.5 Qualidade de Serviços e Atendimento	95
2.4.9.6 Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	96
2.4.9.7 Negociação	97
2.4.9.8 Tópicos Especiais	98

2.4.9.9 LIBRAS	99
2.4.9.10 Gestão do Conhecimento	100
2.4.9.11 Mecanismos Institucionais de Cooperação	101
2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	102
2.6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	103
2.6.1 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	103
2.6.1 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	104
2.7 APOIO AOS DISCENTES	105
2.7.1 Acadêmico.....	105
2.7.2 Assistência Estudantil	106
2.8 INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	106
2.8.1 Corpo Docente e Técnico Administrativo	107
2.8.2 Infraestrutura	109

I – APRESENTAÇÃO

Este documento trata do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e é o resultado da revisão do Projeto Pedagógico anterior (2009 - 2015). Atualmente, devido à dinâmica mutante das organizações atuais, para que o profissional formado esteja apto e atualizado a esta realidade, todo Projeto Pedagógico deve passar por adequações para atender às necessidades da sociedade, ao perfil do profissional que se pretende formar e às Diretrizes Curriculares Nacionais. Em especial, os cursos de Administração receberam novas diretrizes curriculares que estabelecem dois tipos de bacharelados em Administração. O convencional bacharelado em Administração e o bacharelado em Administração Pública, que passa a ter uma nova composição em termos de estrutura curricular e perfil de egresso.

A UERGS possui, desde 2009, o curso de Administração: Gestão Pública. A Resolução CONSUN nº 09/2009, publicada no Diário Oficial do Estado em 12 de junho de 2009, consigna, em seu artigo 1º, que é criado o Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, com o objetivo de formar profissionais para a esfera pública, capacitando-os à avaliação de políticas públicas e possibilitando-lhes a formação técnica de gestores públicos.

O curso de Administração: Gestão Pública foi elaborado de acordo com a legislação acadêmica e tendo como referência as diretrizes previstas na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005. Esta resolução, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, estabeleceu que “as Linhas de Formação Específica nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico” (Art. 2º, § 3º). Atendendo a essa orientação, o curso de Administração manteve o foco em Gestão Pública em seu Projeto Pedagógico.

Em 13 de janeiro de 2014, com a Resolução nº 1, o Conselho Nacional de Educação (CNE) adota novo posicionamento ao instituir as diretrizes dos cursos de Administração Pública, separando-as das diretrizes dos cursos de Administração. Esta nova Resolução instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação

em Administração Pública, bacharelado, fixando o prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação, para sua implantação nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Em função dessas novas diretrizes e da necessidade constante de atualização do currículo apresenta-se este Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública ofertado pela UERGS.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Especialmente na América Latina e no Brasil, as políticas de formação de agentes públicos têm apresentado um nível de qualidade aquém das necessidades atuais, resultando em baixa efetividade e eficiência nos serviços prestados à sociedade. Há razoável consenso quanto ao fracasso dessa formação. Diante do exposto, um curso de graduação em Administração Pública auxilia a minimizar essa lacuna e, portanto, essa iniciativa poderá vir a sanar dificuldades dessa natureza.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, o Rio Grande do Sul foi palco de profundas e complexas transformações¹. O Brasil atravessou uma profunda crise econômica, associada a um expressivo processo inflacionário em todo país, além de necessitar realizar a transição para a democracia no início dos anos 1980. Este cenário naturalmente impactou também no ambiente social, político e econômico do Rio Grande do Sul, ocasionando mudanças estruturais.

A abertura externa, facilitada pelo processo de globalização, e a estabilização econômica, advinda com o plano real nos anos 1990, com a preocupação central de organizar um ajuste fiscal e redefinir o papel do Governo como gerenciador da política econômica, foram importantes fontes para o desenvolvimento tecnológico e a inovação da economia gaúcha. Embora tenhamos encontrado tal estabilidade econômica, ainda há uma carência de gestores públicos com formação na área.

As universidades brasileiras – tanto as públicas como as privadas –, até anos recentes, não deram a devida atenção à carência desses profissionais para

¹CONCEIÇÃO, Octávio A. C. Da querência ao mouse: uma avaliação das mudanças estruturais da economia gaúcha dos anos 80 aos anos 2000. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. *et al.* (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três Décadas de Economia Gaúcha, 1).

desenvolver atividades em órgãos públicos com novas atribuições, novos desafios e instrumentos de gestão de caráter gerencial, utilizando tecnologias digitais.

A iniciativa da UERGS de criar o Bacharelado em Administração Pública responde à necessidade de preparar profissionais para desenvolver atividades de gestão em órgãos públicos, particularmente naqueles relacionados aos projetos de desenvolvimento sustentável no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS foi criada pelo Poder Público Estadual sob a forma de Fundação Pública de Direito Privado, através da Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001. De acordo com o seu Estatuto (RIO GRANDE DO SUL, 2004), a UERGS tem por missão: “Promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado”.

Como Universidade multicampi, atualmente a UERGS distribui-se em 07 (sete) campi regionais, Campus Regional I, compreendendo as áreas de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES): Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Litoral e Paranhana-Encosta da Serra; Campus Regional II, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Campos de Cima da Serra Hortênsias, Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari; Campus Regional III, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Alto Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea; Campus Regional IV, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Celeiro, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Missões; Campus Regional V, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Central, Jacuí Centro, Vale do Jaguari e Vale do Rio Pardo; Campus Regional VI, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Fronteira Oeste e Campanha; Campus Regional VII, compreendendo as áreas de abrangência dos COREDES: Centro- Sul e Sul. A estrutura administrativa do Campus Regional é desenvolvida por uma Direção Regional, assessorada por um Conselho Consultivo Regional formado por representações da sociedade civil.

Essa estrutura multicampi e descentralizada em diferentes regiões do Estado congrega atividades voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir da oferta de

cursos de graduação, oferecidos em suas 24 unidades universitárias em funcionamento, localizadas em Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Litoral Norte/Osório, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga, Soledade, Tapes, Três Passos e Vacaria.

Os cursos oferecidos pela UERGS compreendem as três áreas: Ciências da Vida e do Meio Ambiente, Ciências Exatas e Engenharias e Ciências Humanas.

A Área de Ciências Humanas, na qual o curso de Administração Pública está inserido, contempla também os cursos de: Administração de Sistemas e Serviços de Saúde, Pedagogia, Letras: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Música, Teatro, Dança e Artes Visuais.

Deste contexto, emergem as bases para a oferta do Curso de Administração Pública pela UERGS, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Administração Pública é um conceito que deve ser pensado, compreendido e operacionalizado na sua historicidade, o que implica na necessidade de se ter clareza das transformações pelas quais as sociedades passam. Tais transformações não podem ser concebidas como uma “ilha”, nem muito menos como uma realidade excluída ou marginalizada dos projetos das sociedades, consideradas em seus aspectos mais gerais, como também em questões regionais ou locais.

Um dos pontos de partida que justifica tal iniciativa é o da especificidade do setor público. Um gerente público é formado em ciências do governo, em políticas públicas e em problemas próprios do setor público, sendo capaz de compreender e refletir sobre tais dimensões.

Formar um gestor público significa oportunizar a compreensão, o entendimento e a crítica referente aos problemas atuais, devendo ter uma alta porcentagem de formação sobre o contexto; significa conhecer a fundo os problemas da sociedade

nacional, em detalhes e em todas as suas implicações, visto que ele não será um gestor público isolado, mas um gestor perante um elenco de problemas, cujo real conhecimento da situação social, da situação econômica, das implicações de todo tipo no país, é decisivo para a formação acadêmica e profissional.

Um gestor público deve ser formado com base em valores de uma sociedade justa e democrática, comprometido seriamente com os grandes problemas nacionais e internacionais. Nesse sentido, a constatação de que construir projetos e ações de governo é um processo complexo, dinâmico e criativo já justificaria a atenção especial com a formação e qualificação dos profissionais envolvidos na gestão pública para que aumente a capacidade de governar.

Interessa reconstruir os processos de gestão em função de exigências de maior participação popular, da inclusão das parcelas excluídas do atendimento de serviços públicos, de qualificação das relações entre os atores que produzem políticas e serviços públicos, da busca de uma gestão eficaz e eficiente e da instauração de uma gestão pública participativa.

Ademais, os cursos de formação profissional no Brasil, em sua maioria, não têm desenvolvido uma formação específica para o exercício das funções públicas, tornando, assim, a questão da capacitação ainda mais importante para o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

Enfatiza-se que este Projeto Político-Pedagógico do Curso de Administração Pública atende à Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública, bacharelado, compreendem um campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e às Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Seus princípios fundamentais são: I - o ethos republicano e democrático, II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior e III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

As alterações realizadas na transição do curso de Administração: Gestão Pública para Administração Pública, ofertado pela UERGS, buscaram preservar todas

as conquistas já obtidas pelo curso anterior e potencializar os benefícios à sociedade, aos acadêmicos e à Instituição, através da nova estrutura curricular e da proposta pedagógica como um todo.

As novas diretrizes dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública refletem contribuições há muito tempo sinalizadas pelos administradores públicos, dada a especificidade da Administração Pública. Essas solicitações foram atendidas pela Câmara de Educação Superior a partir de estudos de seus conselheiros, reconhecendo, dessa forma, que as Diretrizes Curriculares de Administração anteriores não se debruçavam, efetivamente, sobre o estudo da Administração Pública e das Políticas Públicas.

A linha argumentativa existente nos conteúdos da Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, pode ser expressa nas seguintes ideias que estabelecem um elo entre Sociedade – Estado – Administração Pública e o regime de governo democrático existente em nosso país.

O Estado, enquanto sistema constitucional-legal, é organizado pela Administração Pública (BRESSER-PEREIRA, 2010²). A relação com o Estado e a inserção da Administração Pública como disciplina autônoma é analisada no Parecer CNE/CES 266/2010, nos seguintes termos:

(...) a administração pública, enquanto disciplina que se ensina, tem como objeto o aparelho do Estado e, portanto, está mais próxima da ciência política (cujo objeto é o Estado como um todo), ou do direito (cujo objeto é a lei) do que da administração de empresas. É também preciso administrar o aparelho do estado, geri-lo de forma eficiente quando o Estado se torna um Estado social e assume a execução de grandes serviços sociais e científicos, mas o essencial na administração pública é a sua soberania, é seu poder de Estado, é sua (dos políticos) capacidade de definir boas leis e políticas públicas, e sua (dos servidores) capacidade de executá-las.

Em decorrência disso, emerge a necessidade de uma discussão do que seja o ethos público do servidor, considerando que o administrador público precisa ter uma compreensão ampla da instituição normativa e organizacional do Estado, da sociedade

² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Parecer CNE/CNS N°266/2010**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

e da democracia.

A evolução dos modelos de gestão pública e sua complexidade, resultante das inovações resultantes da adoção de tecnologias digitais na administração pública, passaram a requerer um novo profissional, com competências específicas.

É urgente adotar políticas e técnicas inovadoras de gestão em organizações governamentais, que contribuam efetivamente para a melhoria dos serviços públicos. A disseminação de soluções inovadoras servirá de inspiração ou referência para outras iniciativas e colaborarão para o avanço da capacidade de governo, particularmente na definição e implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do Estado e do País.

1.3 HISTÓRICO DO CURSO

O curso de bacharelado em Administração: Gestão Pública foi criado a partir da Resolução CONSUN nº 09/2009, publicada no Diário Oficial do Estado em 12 de junho de 2009, conforme já mencionado. Seu objetivo era formar profissionais para a esfera pública, capacitando-os à avaliação de políticas públicas e possibilitando-lhes a formação técnica de gestores públicos.

Este curso havia sido elaborado de acordo com a legislação acadêmica e tendo como referência as diretrizes previstas na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005. Esta resolução, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, estabeleceu que “as Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico” (Art. 2º, § 3º). Portanto, o curso de Administração manteve o foco em Gestão Pública em seu Projeto Pedagógico, sendo o profissional egresso bacharel em Administração.

O curso Administração: Gestão Pública foi implementado na Unidade de Porto Alegre no segundo semestre de 2009. Na Unidade de Frederico Westphalen, o curso foi ofertado pela primeira vez no primeiro semestre de 2010.

O curso, com funcionamento em Porto Alegre, foi avaliado em 05 de dezembro de 2013, por Comissão de Avaliadores instituída pelo Conselho Estadual de Educação

(CEEEd), obtendo reconhecimento por 5 (cinco) anos, a partir daquela data. O curso implementado em Frederico Westphalen também obteve reconhecimento por 5 (cinco) anos e foi avaliado em 08 de julho de 2014.

O curso de Administração: Gestão Pública legitimou-se em suas instâncias de participação, visto que: 1º) os acadêmicos vinculados ao curso participam das provas do ENADE, sendo que, na última edição em que foram convocados a participar, o curso recebeu conceito 4 (quatro) de um máximo de 5 (cinco) e 2º) os cursos de Administração da Uergs foram os mais procurados do Estado no Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Em 2014, 19,3 mil pessoas candidataram-se aos cursos oferecidos na nova sede em Porto Alegre — 8,5 mil apenas para Administração-Gestão Pública (ZH, 2014)³. Identifica-se, a partir, dessas informações que os requisitos para o funcionamento do curso e sua relevância social encontram-se plenamente atendidos.

O curso de Administração até então ofertado tinha em sua proposta curricular o foco em Gestão Pública, ou seja, sempre foi um curso de Administração Pública. Contudo, formalmente sofria a limitação imposta pela Resolução CNE/CES Nº 4, de 13 de julho de 2005 de atribuir à Linha de Formação Específica uma extensão ao nome do curso.

A partir da nova Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, consolida-se a oferta do curso de Administração Pública. A formação em Administração Pública pretendida neste Projeto Acadêmico Pedagógico engloba um conjunto de conhecimentos, processos e técnicas que vão desde os processos de “escolhas públicas” e da formação de políticas públicas aos métodos e técnicas que facilitam sua transformação e o seu acompanhamento e avaliação.

1.4 LEGISLAÇÃO

A base jurídica para a elaboração do novo curso é composta por:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil CF-1988;

³ ZH. **Uergs começará ano com sede nova em Porto Alegre**. 18/02/2014. Disponível em: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vestibular/noticia/2014/02/uergs-comecara-ano-com-sede-nova-em-porto-alegre-4423507.html> >

- b) Constituição Estadual do Rio Grande do Sul;
- c) Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional Nº 9.394/1996;
- d) Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como componente curricular obrigatório ou optativo em cursos de nível médio e superior;
- e) Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- f) Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que instituiu as diretrizes do Curso, separando-as das diretrizes dos Cursos de Administração;
- g) Portaria CNE/CP nº 10, de 6 de agosto de 2009, que define as prioridades para o Ensino Superior - Plano Nacional de Educação 2011-2020;
- h) Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública.
- i) Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado
- j) Parecer CNE/CP 003/2004 que trata das DCN para a Educação Ambiental;
- k) Resolução no 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;
- l) Resolução no 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- m) Parecer CONAES nº 4 de 17 de junho de 2010, que explica a importância do Núcleo Docente Estruturante;
- n) Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- o) Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública.

- p) Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.
- q) Instrução normativa no 01/2014 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre o estágio curricular obrigatório de alunos(as) de curso superior e técnico nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, nas Coordenadorias Regionais de Educação – CREs e na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.
- r) Pareceres e Resoluções sobre Estágios, disponíveis no site do MEC;
- s) Resolução 323 de 17 outubro de 2012, do Conselho Estadual de Educação RS que fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do RS;
- t) Portaria N° 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que trata das disciplinas em modalidade semi-presencial;
- u) Análise do Relatório sobre o desempenho dos alunos do curso de Administração: Gestão Pública no ENADE 2012, para identificar fragilidades na formação dos egressos.

II - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a Organização Didática Pedagógica do Curso de Administração Pública. Para tanto, aborda aspectos relacionados a: Concepção do Curso, Dados de Identificação, Objetivos, Público Alvo, Perfil do Egresso, Administração Acadêmica, Organização Curricular, Proposta Curricular, Metodologias de Ensino-Aprendizagem, Sistema de Avaliação, Apoio aos Discentes e Infraestrutura do Curso.

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública da UERGS compreende o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, conforme orienta a Resolução CNE N° 1, de 13 de janeiro de 2014, e à sociedade, considerando os dispositivos constitucionais e a compreensão de que o Estado é um meio para alcançar o bem comum.

O Curso de Administração Pública da UERGS tem como missão a formação integral do profissional Administrador Público, capacitando-o a atuar no setor público através do planejamento, organização, controle e coordenação de projetos que elevem a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira. Para tanto, busca formar profissionais capazes de articular as demandas da sociedade para atingir o máximo ganho social, através da prestação qualificada de serviços públicos produzidos por organizações públicas e sociais.

Cada vez mais, a educação passa a ter papel essencial na transformação das pessoas e da sociedade, a serviço de um desenvolvimento sócio-cultural e ambiental sustentável. Quanto mais a sociedade brasileira consolida as instituições políticas democráticas, fortalece os direitos da cidadania e participa da economia mundializada, mais se amplia o reconhecimento da importância da educação na sociedade do

conhecimento.

A escola que se delinea como ideal é aquela voltada para a construção de uma cidadania consciente e cada vez mais ativa e participativa, que ofereça aos alunos bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva. Na perspectiva da prática educativo-crítica (FREIRE, 1999⁴), a educação é uma forma de intervenção no mundo. Assim, é urgente ressignificar o ensino, de forma que as pessoas possam relacionar-se diferentemente com a natureza, construir instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações e conhecimentos, sintonizando-o com as formas contemporâneas de conviver.

Antes de tudo, o ensino deve visar ao desenvolvimento integral e integrado do ser humano, envolvendo tanto os aspectos cognitivos como atitudes e emoções de quem aprende, sob a perspectiva das dimensões atuais de educação para o século XXI, ou seja, dos quatro pilares da educação referendados pela UNESCO: o saber conhecer, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser.

O ensino deve afastar-se de sua propensão instrucionista (voltado para o desfazer dúvidas) e deve estimular mais a curiosidade e a criatividade. Transformar a sala de aula num espaço democrático onde todos participem, estimular a curiosidade intelectual do aluno, seu protagonismo (LEITE, 1999⁵), manter a prática e a teoria sempre em unidade, são desafios constantes daqueles que ensinam. Perseguir os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática passa a ser uma meta coletiva.

Diante desses fatos, somente o comprometimento de cada um dos membros da comunidade escolar possibilitará alcançar o sucesso e atingir os objetivos, sejam eles individuais ou coletivos. Almeja-se, portanto, uma escola que estimule a vontade de aprender do aluno, o seu espírito crítico, sua capacidade de resolver problemas, que lhe indique o caminho para exercer sua cidadania, participando ativamente do mundo do trabalho.

⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁵ LEITE, Denise. (Org.) **Pedagogia Universitária**: conhecimento, ética e política no ensino superior. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

O todo orgânico em que se constitui o projeto acadêmico do curso deve garantir que o processo de formação do profissional Administrador Público seja orientado pela dimensão teórico-crítica, incluindo e desenvolvendo abordagens interdisciplinares que articulem conhecimentos relativos à Administração Pública.

A relação teoria-prática entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo do Curso de Administração Pública da UERGS está presente mediante projetos e atividades incluídos na carga horária dos componentes curriculares. Nesta perspectiva, essa relação é expressa no projeto acadêmico através da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a formação de um administrador público com sólida base humanística, apto a analisar os desafiantes contextos social, econômico, político, ambiental e cultural, para atuar como agente que contribua no aperfeiçoamento social.

Os projetos de desenvolvimento da prática profissional constituem-se em espaço de integração teórico-prática do currículo e em instrumento de aproximação do aluno à realidade social e administrativa das organizações por meio da pesquisa, de outras práticas pedagógicas e do trabalho de conclusão de curso.

Atividades complementares à integralização curricular, como tutoria, estágios extra-curriculares, programas de iniciação científica, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos científicos no campo da Administração Pública, entre outros, tem a finalidade de aproveitar os conhecimentos adquiridos pelo aluno, remetendo-os à realidade prática.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade permeiam a organização curricular proposta para o Curso, visando garantir a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos. A Administração Pública, por sua natureza, possui caráter multidisciplinar, articulando conteúdos de Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito e Sociologia.

Os conteúdos, tomados em conjunto, devem remeter-se uns aos outros, superando a fragmentação e apontando a construção integral do currículo. A superação da fragmentação, portanto, requer que a formação do professor para atuar no ensino contemple a necessária compreensão do sentido do aprendizado em cada área, além

do domínio dos conhecimentos e competências específicos de cada saber disciplinar. Sem constituir-se num único caminho, a metodologia interdisciplinar pressupõe:

uma pedagogia de interconexões disciplinares para a superação de dicotomias, possibilitando a descoberta de que o aprofundamento especializado é possibilidade de múltiplas conexões e, necessariamente, não precisa conduzir a um fracionamento do saber (JAPIASSU, 1976, p. 34)⁶.

O domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente. É preciso saber mobilizar o conhecimento em situações concretas, qualquer que seja sua natureza. Essa perspectiva traz para a formação a concepção de competência, segundo a qual, a referência principal, o ponto de partida e de chegada da formação é a atuação profissional.

Nessa perspectiva, a construção de competências para se efetivar, deve se refletir nos objetivos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização institucional, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os administradores públicos em formação. Utiliza-se, portanto, o conceito de competência de Le Boterf (*apud* PERRENOUD, 1999⁷), em que a mesma é compreendida não como um estado, mas como um processo.

A aprendizagem por competências supera a dicotomia teoria-prática, definindo-se pela capacidade de mobilizar múltiplos recursos numa mesma situação, entre os quais os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal.

Os conhecimentos específicos, organizados de forma disciplinar, devem ser redimensionados na perspectiva de constituírem a construção de um instrumental a serviço do desenvolvimento da inteligência com autonomia e, portanto, do desenvolvimento pessoal, pré-condição ao desenvolvimento como cidadão e como profissional.

A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados, considerando os

⁶ JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

⁷ PERRENOUD, P. **Construir as Competências Desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Em qualquer um desses casos, o que se pretende avaliar não é a quantidade de conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-los e de buscar outros para realizar o que é proposto. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.

Nesse rastro, entendendo que educar significa “(...) capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para a autonomia” (GADOTTI, 2000, p. 9⁸), o Curso de Administração Pública da UERGS pretende desenvolver uma prática educativa, capaz de responder aos desafios de uma sociedade em constante mudança, tendo como meta a formação de profissionais criativos, comunicativos, empreendedores, estrategistas e inovadores para atender às múltiplas demandas de desenvolvimento sustentável.

O resultado esperado do Curso é oferecer à sociedade um profissional comprometido com valores éticos da esfera pública, como equidade, transparência e justiça social. Isto porque o *ethos republicano*, estando no cerne das profissões dos oficiais públicos (políticos e administradores públicos), atribui a responsabilidade pela construção de um Estado Democrático e republicano a todos os cidadãos, mas especialmente aos seus agentes públicos.

2.1.1 Dados de Identificação do Curso

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da UERGS foi elaborado de acordo com a legislação em vigor com a seguinte identificação:

- a) Denominação: Curso de Bacharelado em Administração Pública

⁸ GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

b) Localização:

- **Unidade Universitária em Porto Alegre - Campus Central**

Av. Bento Gonçalves, 8855 – Agronomia

Porto Alegre/RS

CEP: 91540-000 | Fone: (51) 3228-1731

- **Unidade Universitária em Frederico Westphalen**

Rua Nossa Senhora Aparecida, 115 - Bairro Aparecida

Fredeirco Westphalen

CEP: 98400-000 | Fone: (55) 3744-1142

c) Reconhecimentos (Graduação em Administração – Gestão Pública)⁹

- COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO SUPERIOR - Parecer nº 324/2014 - Curso de Graduação em Administração – Gestão Pública, desenvolvido na Unidade em Porto Alegre.
- COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO SUPERIOR - Parecer nº 819/2014 - Curso de Graduação em Administração – Gestão Pública, desenvolvido na Unidade em Frederico Westphalen.

⁹Estes reconhecimentos referem-se ao Curso de Graduação em Administração – Gestão Pública, com validade de cinco (5) anos. Quando da implementação do Curso Graduação em Administração Pública, o Conselho Estadual de Educação deverá ser consultado sobre a transposição desse reconhecimento de um curso para o outro.

d) Dados Gerais do Curso

Denominação:	Administração Pública
Modalidade:	Bacharelado
Total de vagas anuais:	40 por unidade universitária
Regime Escolar:	Semestral
Local de Funcionamento:	a) Unidade Universitária em Porto Alegre; b) Unidade Universitária em Frederico Westphalen
Turno de Funcionamento (*):	Diurno e noturno
Estágio Supervisionado:	300 horas
Atividades Complementares:	90 horas
Carga Horária Total:	3.135 horas
Número de créditos:	209
Integralização da carga horária do Curso:	Diurno: Mínimo - 4 anos Máximo - 8 anos Noturno: Mínimo – 4,5 anos Máximo – 9 anos
Formas de Ingresso:	Vestibular, ENEM, SISU

(*) Incluindo sábados.

2.1.1.1 Formas de Ingresso

As formas de ingresso no curso estão atreladas às decisões tomadas pelo Conselho Superior da Universidade, as quais podem envolver o vestibular, a prova do Enem e o sistema SISU. Aliadas a estas possibilidades estão previstas as transferências internas e externas (mobilidade acadêmica).

Ainda, cabe destacar que a UERGS, comprometida com o desenvolvimento de políticas afirmativas, no sentido de contribuir com o acesso à educação superior pela oferta pública de um ensino de qualidade, no mesmo Decreto, garante em seu Art. 56:

Na seleção de candidatos para cursos regulares de graduação será considerada também a condição sócio-econômica do candidato, ficando asseguradas 50% das vagas aos candidatos que comprovem a condição de hipossuficiência econômica, observado o desempenho mínimo requerido pelo processo seletivo (Decreto Nº 43.240/2004).

Fato que é reafirmado pela colaboração com o processo de inclusão na perspectiva educacional em no Art. 57:

Na seleção de candidatos para cursos regulares de graduação será ficam asseguradas 10% das vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, observado o desempenho mínimo requerido pelo processo seletivo (Decreto Nº 43.240/2004).

Portanto, reafirma-se que, se tratando de ENEM – SISU e da Mobilidade Acadêmica, as vagas para cada curso e local de funcionamento serão preenchidas em primeira opção, reservando-se 10% delas para os candidatos portadores de necessidades especiais e 50% delas para os candidatos economicamente hipossuficientes.

Da mesma forma, cabe destacar que tanto as pessoas com deficiência quanto os candidatos comprovadamente hipossuficientes participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação e de exclusão, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida em cada prova.

A forma de ingresso seguirá as diretrizes e políticas da UERGS para o ingresso de discentes, previstas em seu regimento e demais documentos institucionais de acordo com a legislação vigente.

2.1.2 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso estão voltados ao cumprimento da Resolução Nº 01/2014 CNE/CES e compreendem: a) suprir a lacuna, em nível de graduação, de profissionais capacitados para a gestão pública; b) capacitar profissionais para contribuir no aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados pelo Estado e pela Sociedade Civil, instrumentalizando-os para otimizar recursos públicos disponíveis; c) capacitar profissionais para avaliar políticas públicas, a partir do contexto político, econômico e social; d) possibilitar a formação técnica de gestores públicos, fortalecendo os

princípios federativos, a democratização do processo decisório e controle social.

O curso, através dos conteúdos abordados em sua estrutura curricular, visa ampliar o compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

2.1.3 Público-Alvo

Este curso de graduação destina-se a pessoas que querem desenvolver seu potencial como profissionais de alto desempenho, conhecendo e acompanhando os principais avanços da administração e das políticas públicas no país e em outros contextos, para atuação destacada em organizações públicas ou organizações da sociedade civil. Nesse sentido, quatro grupos são priorizados:

- a) Egressos do Ensino Médio que buscam formação profissional em produção ou prestação de Serviços Públicos;
- b) Servidores do Setor Público;
- c) Gestores de organizações da Sociedade Civil; e
- d) Egressos de diferentes modalidades de Ensino frutos da Organização da Sociedade Civil a partir de Convênios aprovados pelo CONEPE e CONSUN da UERGS.

2.1.4 Perfil do Egresso do Curso de Bacharelado em Administração Pública

O perfil profissiográfico pretendido, de acordo com as peculiaridades regionais, corresponde ao objetivo de formação geral definido pela UERGS e em respeito às emanções da Resolução Nº 01/2014 CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública bacharelado, e se caracterizará pelas

seguintes competências e habilidades:

- I. Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Para se alcançar este perfil, no final do Curso, o egresso deverá ter desenvolvido/consolidado sua capacidade de raciocínio abstrato, de modelização estratégica (construir cenários para a solução de problemas), de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais científico-técnicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; o domínio das atividades específicas e conexas; a pró-atividade intelectual no trato de situações novas e inusitadas; o domínio da língua materna; a capacidade de leitura e interpretação de textos em outros idiomas; de trabalho em equipe e cooperativo; de gestão democrática e dialógica; de tratamento adequado da informação

recebida.

Particularmente, em relação ao perfil desejado para o Curso de Administração Pública, o egresso deverá ser capaz de formular e executar políticas públicas, com capacidade de adequação às complexidades locais e regionais e às mudanças que se operam continuamente.

2.2 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Para dar suporte as atividades do Curso de Administração Pública da UERGS, conta-se com a coordenação do curso a secretaria administrativa da unidade em que é oferecido, que dará todo o apoio funcional e burocrático envolvido. Além disso, o curso possui o Colegiado de Curso e o Nucleo Docente Estruturante, destinados a viabilizar a construção e implementação do projeto pedagógico, fazer alterações caso for preciso dos currículos plenos, discutir temas relacionados ao curso, planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas do curso e, cuidar dos aspectos pedagógicos e da melhoria do ensino.

O Colegiado de Curso é o órgão responsável pelo planejamento, organização e execução das atividades do Curso, tendo por finalidade a integração de estudos, a coordenação e a avaliação das atividades acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o colegiado é responsável por:

- Coordenar, avaliar e acompanhar a execução do projetopolítico-pedagógico do Curso, devendo também promover o seu constante aprimoramento e atualização;
- Aprovar o seu Regimento Interno de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade;
- Propor a aprovação do projeto político-pedagógico do Curso à Coordenação de área e homologação pelo CONEPE;
- Propor modificações no projeto político-pedagógico do Curso e dos programas dos componentes curriculares e encaminhar para as instâncias da Universidade;
- Apresentar ao Colegiado de Unidade o plano anual das atividades do Curso;
- Aprovar e promover a integração das atividades acadêmicas e universitárias do

Curso;

- Propor a aprovação pela Comissão Central da PROENS as normas de estágio e de Trabalho de Conclusão de Curso;
- Sugerir ao Colegiado de Unidade medidas adequadas para o cumprimento do projeto político-pedagógico do Curso;
- Eleger os seus representantes para as instâncias superiores da Universidade;
- Propor a criação de novos componentes curriculares e atividades acadêmicas em consonância com o seu PPC;
- Organizar e administrar o Calendário Acadêmico;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas nas normas.

Os colegiados deliberam validamente com a presença da maioria de seus membros. As deliberações devem constar em Ata, em que são mencionados também os membros presentes e as justificativas de ausência apresentadas.

O Colegiado de Curso é constituído pelos seguintes membros:

I – Coordenador do Curso, que o preside;

II – todos os docentes que ministram componentes curriculares no Curso ou que tenham ministrado pelo menos um componente curricular no Curso nos últimos 2 (dois) anos;

III – 01 (um) representante discente eleito pelos seus pares;

IV – 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo eleito pelos seus pares.

O Coordenador do Curso e do Colegiado de Curso é eleito pelo Colegiado do Curso.

O Colegiado do Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Coordenador do Colegiado, que presidirá os seus trabalhos.

O NDE é o órgão consultivo, responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública visando garantir a sua atualização e a implantação das mudanças decorrentes da atualização.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Administração Pública é integrado pelos professores responsáveis pela formulação da proposta

pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso nas unidades da UERGS em que será ofertado, os quais estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de pesquisa e extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico de Curso, etc.

Compete ao NDE as seguintes atribuições, dentre outras:

- Discutir e revisar o PPC de Administração Pública, atuando em conjunto com a Coordenação do Curso.
- Promover a articulação e integração dos conteúdos disciplinares de acordo com as normas regulamentares do curso de Administração Pública.
- Definir o perfil do formando egresso/profissional de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública.
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- Propor formas de avaliação do Curso.
- Avaliar os programas das disciplinas do curso, no que tange a sua ementa, objetivos, conteúdo programático e referencial bibliográfico, propondo adequações ao PPC, quando couber.
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação e das exigências do mercado de trabalho.
- Acompanhar, atualizar, articular e adequar o PPC de acordo com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, os interesses da Instituição, o cumprimento de normas estabelecidas pelo Colegiado do Curso e a demanda de mercado.

Sendo um órgão de caráter consultivo, todas as recomendações emitidas pelo NDE deverão ser apreciadas pelo Colegiado do Curso de Administração Pública que, em caso de aprovação, deverão ser encaminhadas aos conselhos e órgãos superiores, quando necessário.

2.3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Neste subcapítulo, serão apresentados a grade curricular do curso de Administração Pública e as equivalências entre disciplinas do curso de Administração – Gestão Pública (grade curricular em substituição) e Administração de Sistemas e Serviços de Saúde.

O curso prevê a oferta de disciplinas na modalidade à semi-presencial utilizando-se das tecnologias de comunicação e informação disponíveis e em consonância com a Portaria MEC 4.059/2004.

2.3.1 Grade Curricular

Sem	Componente Curricular	Cred	OB/EI	Pré-requisito
1	Produção de Textos e Expressão	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Tecnologia da Informação	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Introdução à Administração Pública	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Economia	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Contabilidade Pública	4	O	Sem Pré-requisitos
1	ELETIVA	4	E	
	Subtotal de Créditos	24		
2	Métodos Investigativos	2	O	Produção de Textos e Expressão
2	Teoria Geral de Administração	4	O	Introdução à Administração Pública
2	Custos	4	O	Contabilidade Geral
2	Instituições de Direito	4	O	Sem Pré-requisitos
2	Cálculo	4	O	Sem Pré-requisitos
2	Sociologia	4	O	Sem Pré-requisitos
	Subtotal de Créditos	22		
3	Economia do Setor Público	4	O	Economia
3	Filosofia Política	4	O	Sem Pré-requisitos
3	Administração Pública I	4	O	Teoria Geral da Administração
3	Teoria das Organizações	4	O	Teoria Geral da Administração
3	Matemática Financeira	4	O	Cálculo
3	O Estado Brasileiro e a Administração Pública	4	O	Introdução à Administração Pública
	Subtotal de Créditos	24		
4	Psicologia Organizacional	4	O	Sem Pré-requisitos
4	Financiamento Público	4	O	Economia do Setor Público
4	Estatística	2	O	Cálculo
4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	O	Contabilidade Geral
4	Gestão por Processos	4	O	Teoria Geral da Administração
4	Direito Constitucional	4	O	Instituições de Direito
4	ELETIVA	2		
	Subtotal de Créditos	24		
5	Gestão de Pessoas	4	O	Teoria Geral da Administração; Psicologia Organizacional
5	Políticas no Estado Democrático de Direito	4	O	Administração Pública I; Filosofia Política
5	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	O	Matemática Financeira
5	Direito Administrativo I	4	O	Instituições de Direito
5	Estudos Antropológicos	4	O	Sociologia
5	Marketing no Setor Público	4	O	Administração Pública I
	Subtotal de Créditos	24		
6	Inovação	4	O	Administração Pública I
6	Gestão de Operações de Serviços	4	O	Gestão por Processos
6	Mídia e Comunicação	2	O	Sem Pré-requisitos
6	Metodologia da Pesquisa	2	O	Estatística; Métodos Investigativos
6	Planejamento Estratégico e Governamental	4	O	Administração Pública I
6	Direito Administrativo II	4	O	Direito Administrativo I
6	Gestão e Sustentabilidade	4	O	Administração Pública I
	Subtotal de Créditos	24		
7	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2	O	Sem Pré-requisitos
7	Projetos Públicos	4	O	Inovação
7	Oficina de Trabalho de Curso I	4	O	Metodologia de Pesquisa
7	Políticas Públicas Comparadas	4	O	Políticas no Estado Democrático de Direito
7	Logística	4	O	Gestão por Processos
7	Direito Regulatório	2	O	Direito Administrativo I
	Subtotal de Créditos	20		
8	Governo Eletrônico	4	O	Tecnologia da Informação
8	Avaliação de Projetos Públicos	2	O	Projetos Públicos; Estatística; Financiamento Público
8	Oficina de Trabalho de Curso II	4	O	Oficina de Trabalho de Curso II
8	Ética e Administração Pública	2	O	Administração Pública I
8	Controle Social	2	O	Direito Administrativo I; Administração Pública I
8	Ciência Política	4	O	Filosofia Política
8	Estágio Curricular Supervisionado	20	O	
8	ELETIVA	4	E	
	Subtotal de Créditos	22		

A - TOTAL OBRIGATÓRIO	174
B - TOTAL ELETIVOS	10
C - ESTÁGIO	20
D - ATIVIDADES COMPLEMENTARES	6
TOTAL (A+B+C+D)	210

Oferta de Disciplinas Eletivas	CRED	MODALIDE
Gestão do Conhecimento	4	E
Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2	E
Negociação	2	E
Qualidade de Serviços e Atendimento (Qualidade em Serviços Públicos)	2	E
Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	2	E
Mecanismos Institucionais de Cooperação	2	E
Tópicos Especiais	2	E
Libras	2	E
Conceitos Matemáticos	4	E
Decisão e Liderança	2	E
TOTAL OFERTA ELETIVAS	24	

2.3.2 Atividades Complementares

Serão consideradas atividades complementares:

Disciplinas Eletivas: serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pelos cursos de Administração da universidade, não contabilizadas no total de horas do curso; disciplinas cursadas em outras unidades da Uergs ou em outra IES, desde que contribuam com a formação do perfil do Bacharel em Administração Pública.

Estágio Extra Curricular: será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo.

Participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão; Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos; Semana Acadêmica; Prática de Estudos e Atividades Independentes; Participação na Diretoria de Núcleos de Práticas Profissionais; Monitoria; Ministrante de cursos, palestras, seminário; Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários; Publicações em Revistas e Anais de Congressos; Publicações em Jornais; Atividades Voluntárias; Produção de Vídeos e/ou material audiovisual.

Para compor a carga de 90h, atribuídas a horas complementares, pelo menos três das atividades referenciadas deverão ser realizadas.

2.3.3 Equivalências

Nesta seção, serão apresentadas as equivalências entre as disciplinas do Curso de Administração Pública e cursos vinculados da UERGS.

2.3.2.1 Disciplinas equivalentes do Curso de Administração Gestão Pública no Curso Administração Pública

Semestre	Componente Curricular: GP	Créditos	Componente Curricular: APU	Créditos
1	Oficina de Produção de Textos Escritos e Orais	4	Produção de Textos e Expressão	4
	Informática	4	Tecnologia da Informação	4
	Introdução à Administração	4	Sem equivalência	
	Introdução à Economia	4	Economia	4
	Contabilidade Geral	4	Sem equivalência	
	Conceitos Matemáticos	4	Conceitos Matemáticos (Eletiva)	4
2	Métodos Investigativos	4	Métodos Investigativos	4
	Teoria Geral de Administração	4	Teoria Geral de Administração	4
	Economia do Setor Público	4	Economia do Setor Público	4
	Custos	4	Custos	4
	Psicologia Organizacional	4	Psicologia Organizacional	4
	Instituições de Direito	4	Instituições de Direito	4
3	Sociologia das Organizações	2	Sem equivalência	
	Filosofia Política	4	Filosofia Política	4
	Governo Eletrônico	2	Sem equivalência	
	Gestão Pública I	4	Administração Pública I	4
	Teoria das Organizações	4	Teoria das Organizações	4
	Financiamento Público	4	Financiamento Público	4
	Matemática Financeira	4	Matemática Financeira	4
	Marketing no Setor Público	2	Sem equivalência	
4	O Estado Brasileiro	2	Sem equivalência	
	Estatística	2	Estatística	2
	Gestão Pública II	2	Sem equivalência	
	Qualidade de Serviços/atendimento	2	Qualidade em Serviços Públicos (Eletiva)	2
	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2	Estado, Mercado e Terceiro Setor (Eletiva)	2
	Gestão de Pessoas	4	Gestão de Pessoas	4
	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4
	Processos de Trabalho	4	Gestão por Processos	4
5	Direito Constitucional	4	Direito Constitucional	4
	História da Administração Pública	2	Sem equivalência	
	Mídia e Comunicação	2	Mídia e Comunicação	2
	Gestão Estratégica	4	Sem equivalência	
	Políticas Públicas	4	Políticas no Estado Democrático de Direito	4
	Avaliação de Projetos Públicos	2	Avaliação de Projetos Públicos	2
	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	Gestão Financeira e Orçamentária II	4
	Gestão de Suprimentos	2	Sem equivalência	
6	Direito Administrativo I	4	Direito Administrativo I	4
	Metodologia da Pesquisa	2	Metodologia da Pesquisa	2
	Gestão do Conhecimento	4	Gestão do Conhecimento (Eletiva)	4
	Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	4	Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação (Eletiva)	2
	Planejamento Governamental	4	Planejamento Estratégico e Governamental	4
	Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2	Gestão de Serviços, Contratos e Convênios (Eletiva)	2
	Controle sobre a Administração Pública	2	Sem equivalência	
	Gestão de Operações	4	Gestão de Operações de Serviços	4
7	Direito Administrativo II	4	Direito Administrativo II	4
	Oficina de Trabalho de Curso I	4	Oficina de Trabalho de Curso I	4
	Inovação	2	Sem equivalência	
	Negociação	2	Negociação	2
	Políticas Sociais	4	Sem equivalência	
	Mecanismos Institucionais de Cooperação	2	Mecanismos Institucionais de Cooperação (Eletiva)	2
	Logística	4	Logística	4
5	Gestão de Suprimentos	2		
8	Direito Regulatório	2	Direito Regulatório	2
	Oficina de Trabalho de Curso II	4	Oficina de Trabalho de Curso II	4
	Ética e Administração Pública	2	Ética e Administração Pública	2
	Tópicos Especiais em Administração	2	Tópicos Especiais em Administração (Eletiva)	2
	Decisão e Liderança	2	Decisão e Liderança (Eletiva)	2
	Gestão de Pessoas	2	Gestão de Pessoas	2
	Gestão de Projetos	2	Sem equivalência	
	Controle Social	2	Controle Social	2
	Estágio Curricular Supervisionado	20	Estágio Curricular Supervisionado	20

2.3.2.2 Disciplinas equivalentes do Curso de Administração de Sistemas e Serviços de Saúde no Curso Administração Pública

Semestre	Componente Curricular: SSS	Créditos	Componente Curricular: APU	Créditos
1	Informática	4	Tecnologia da Informação	4
	Oficina de Produção de Textos Escritos e Oraís	4	Produção de Textos e Expressão	4
	Introdução à Administração	4	Sem equivalência	
	Introdução à Economia	4	Economia	4
	Contabilidade Geral	4	Sem equivalência	
	Conceitos Matemáticos	4	Conceitos Matemáticos (Eletiva)	4
2	Métodos Investigativos	2	Métodos Investigativos	2
	Teoria Geral da Administração	4	Teoria Geral de Administração	4
	Economia da Saúde	4	Sem equivalência	
	Custos em Saúde	4	Custos	4
	Psicologia Organizacional	4	Psicologia Organizacional	4
	Instituições de Direito Público e Privado	4	Instituições de Direito	4
3	Sociologia das Organizações	2	Sem equivalência	
	Sistemas de Informação em Saúde	2	Sem equivalência	
	Ética em Pesquisa	2	Sem equivalência	
	Teoria das Organizações	4	Teoria das Organizações	4
	Financiamento em Saúde	4	Sem equivalência	
	Matemática Financeira	4	Matemática Financeira	4
4	Filosofia em Saúde	4	Sem equivalência	
	Educação em Saúde	4	Sem equivalência	
	Estatística	4	Estatística	2
	Gestão de Pessoas	4	Gestão de Pessoas	4
	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4
	Processos de Trabalho	4	Gestão Processos	4
5	História da Saúde e da Organização do SUS	4	Sem equivalência	
	Introdução ao Método Epidemiológico	4	Sem equivalência	
	Mídia e Comunicação em Saúde	4	Sem equivalência	
	Métodos Quantitativos em Saúde	2	Sem equivalência	
	Gestão Estratégica	4	Sem equivalência	
	Avaliação Econômica da Saúde	2	Sem equivalência	
7	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	Gestão Financeira e Orçamentária II	4
	Gestão de Suprimentos	2		
5	Logística	4	Logística	4
6	Estratégias Tecnoassistenciais em Saúde I	2	Sem equivalência	
	Legislação em Saúde	4	Sem equivalência	
	Métodos Qualitativos em Saúde	2	Sem equivalência	
	Gestão do Conhecimento	4	Gestão do Conhecimento (Eletiva)	4
	Planejamento das Ações em Serviços e Sistemas de Saúde	4	Sem equivalência	
	Administração Pública	2	Sem equivalência	
	Gestão de Operações	4	Gestão de Operações e Serviços	2
	Auditoria	2	Sem equivalência	
7	Avaliação em Saúde	4	Sem equivalência	
	Estratégias Tecnoassistenciais em Saúde II	2	Sem equivalência	
	Oficina de Trabalho de Curso I	4	Sem equivalência	
	Inovação	2	Sem equivalência	
	Negociação	2	Negociação (Eletiva)	2
	Gestão de Serviços, Contratos e Convênios.	2	Gestão de Serviços, Contratos e Convênios (Eletiva)	2
	Consórcios Intermunicipais, Cooperativismo e Cooperação	2	Sem equivalência	
	Políticas públicas em Saúde	4	Sem equivalência	
8	Oficina de Trabalho de Curso II	4	Sem equivalência	
	Tópicos Especiais em Administração	2	Tópicos Especiais em Administração (Eletiva)	2
	Decisão e Liderança	2	Decisão e Liderança (Eletiva)	2
	Gestão de Projetos	2	Sem equivalência	
	Qualidade de Serviços/Atendimento	2	Sem equivalência	
	Marketing de Serviços	4	Marketing no Setor Público	4
	Controle Social em Saúde	2	Controle Social	2
	Tópicos Especiais em Saúde	2	Sem equivalência	
Estágio Supervisionado	20	Sem equivalência		

2.3.2.3 Disciplinas equivalentes do Curso Administração Pública nos cursos de Administração Gestão Pública e Administração de Sistemas e Serviços de Saúde

Sem	Componente Curricular	Cred	OB/EL	Pré-requisito	ADMINISTRAÇÃO- GP	Créditos	ADMINISTRAÇÃO SSS	Créditos2
1	Produção de Textos e Expressão	4	O	Sem Pré-requisitos	Oficina de Produção de Textos Escritos e Oraís	4	Oficina de Produção de Textos Escritos e Oraís	4
1	Tecnologia da Informação	4	O	Sem Pré-requisitos	Informática	4	Informática	4
1	Introdução à Administração Pública	4	O	Sem Pré-requisitos	Sem equivalência	4	Sem equivalência	4
1	Economia	4	O	Sem Pré-requisitos	Introdução à Economia	4	Introdução à Economia	4
1	Contabilidade Pública	4	O	Sem Pré-requisitos				
1	ELETIVA	4	E					
		24						
2	Métodos Investigativos	2	O	Produção de Textos e Expressão	Métodos Investigativos	2	Métodos Investigativos	2
2	Teoria Geral de Administração	4	O	Introdução à Administração Pública	Teoria Geral de Administração	4	Teoria Geral de Administração	4
2	Custos	4	O	Contabilidade Geral	Custos	4	Custos em Saúde	4
2	Instituições de Direito	4	O	Sem Pré-requisitos	Instituições de Direito	4	Instituições de Direito Público e Privado	4
2	Cálculo	4	O	Sem Pré-requisitos	Sem equivalência		Sem equivalência	
2	Sociologia	4	O	Sem Pré-requisitos	Sociologia das Organizações	2	Sociologia das Organizações	2
		22						
3	Economia do Setor Público	4	O	Economia	Economia do Setor Público	4	Economia da Saúde	4
3	Filosofia Política	4	O	Sem Pré-requisitos	Filosofia Política	4	Sem equivalência	
3	Administração Pública I	4	O	Teoria Geral da Administração	Gestão Pública I	4	Sem equivalência	
3	Teoria das Organizações	4	O	Teoria Geral da Administração	Teoria das Organizações	4	Teoria das Organizações	4
3	Matemática Financeira	4	O	Cálculo	Matemática Financeira	4	Matemática Financeira	4
3	O Estado Brasileiro e a Administração Pública	4	O	Introdução à Administração Pública	Estado Brasileiro	2	Sem equivalência	
		24						
4	Psicologia Organizacional	4	O	Sem Pré-requisitos	Psicologia Organizacional	4	Psicologia Organizacional	4
4	Financiamento Público	4	O	Economia do Setor Público	Financiamento Público	4	Sem equivalência	
4	Estatística	2	O	Cálculo	Sem equivalência		Sem equivalência	
4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	O	Contabilidade Geral	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4
4	Gestão por Processos	4	O	Teoria Geral da Administração	Processos de Trabalho	4	Processos de Trabalho	4
4	Direito Constitucional	4	O	Instituições de Direito	Direito Constitucional	4	Sem equivalência	
4	ELETIVA	2						
		24						

Sem	Componente Curricular	Cred	OB/E/L	Pré-requisito	ADMINISTRAÇÃO- GP	Créditos	ADMINISTRAÇÃO SSS	Créditos2
5	Gestão de Pessoas	4	O	Teoria Geral da Administração; Psicologia Organizacional	Gestão de Pessoas	4	Gestão e Pessoas	4
5	Políticas no Estado Democrático de Direito	4	O	Administração Pública I; Filosofia Política	??????? Políticas Públicas	4	Sem equivalência	
5	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	O	Matemática Financeira	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	Gestão Financeira e Orçamentária II	4
5	Direito Administrativo I	4	O	Instituições de Direito	Direito Administrativo I	4	Sem equivalência	
5	Estudos Antropológicos	4	O	Sociologia	Sem equivalência		Sem equivalência	
5	Marketing no Setor Público	4	O	Administração Pública I	Marketing no Setor Público	2	Marketing de Serviços	4
		24						
6	Inovação	4	O	Administração Pública I	Inovação	2	Sem equivalência	
6	Gestão de Operações de Serviços	4	O	Gestão por Processos	Gestão de Operações	4	Gestão de Operações	4
6	Mídia e Comunicação	2	O	Sem Pré-requisitos	Mídia e Comunicação	2	Sem equivalência	
6	Metodologia da Pesquisa	2	O	Estatística; Métodos Investigativos	Metodologia da Pesquisa	2	Sem equivalência	
6	Planejamento Estratégico e Governamental	4	O	Administração Pública I	Planejamento Governamental	4	Sem equivalência	
6	Direito Administrativo II	4	O	Direito Administrativo I	Direito Administrativo II	4	Sem equivalência	
6	Gestão e Sustentabilidade	4	O	Administração Pública I	Sem equivalência		Sem equivalência	
		24						
7	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2	O	Sem Pré-requisitos	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2
7	Projetos Públicos	4	O	Inovação	Gestão de Projetos	2	Gestão de Projetos	2
7	Oficina de Trabalho de Curso I	4	O	Metodologia de Pesquisa	Oficina de Trabalho de Curso I	4	Sem equivalência	
7	Políticas Públicas Comparadas	4	O	Políticas no Estado Democrático de Direito	Sem equivalência		Sem equivalência	
7	Logística	4	O	Gestão por Processos	Logística (4) e Gestão de Suprimentos (2)	6	Logística (4) e Gestão de Suprimentos (2)	6
7	Direito Regulatório	2	O	Direito Administrativo I	Direito Regulatório	2	Sem equivalência	
		20						
8	Governo Eletrônico	4	O	Tecnologia da Informação	Governo Eletrônico	2	Sem equivalência	
8	Avaliação de Projetos Públicos	2	O	Projetos Públicos; Estatística; Financiamento Público	Avaliação de Projetos Públicos	2	Sem equivalência	
8	Oficina de Trabalho de Curso II	4	O	Oficina de Trabalho de Curso II	Oficina de Trabalho de Curso II	4	Sem equivalência	
8	Ética e Administração Pública	2	O	Administração Pública I	Ética e Administração Pública	2	Sem equivalência	
8	Controle Social	2	O	Direito Administrativo I; Administração Pública I	Controle Social	2	Controle Social	2
8	Ciência Política	4	O	Filosofia Política	Sem equivalência		Sem equivalência	
8	Estágio Curricular Supervisionado	20	O		Estágio Curricular Supervisionado	20	Sem equivalência	
8	ELETIVA	4	E					

Oferta de Disciplinas Eletivas	CRED	MODALID	Colunas1	GP	creditos	SSS	creditos2
Gestão do Conhecimento	4	E		Gestão do Conhecimento	4	Gestão do Conhecimento	4
Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2	E		Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2	Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2
Negociação	2	E		Negociação	2	Negociação	2
Qualidade de Serviços e Atendimento (Qualidade em Serviços Públicos)	2	E		Qualidade de Serviços e Atendimento	2	Sem equivalência	
Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	2	E		Sem equivalência	4	Sem equivalência	
Mecanismos Institucionais de Cooperação	2	E		Mecanismos Institucionais de Cooperação	2	Sem equivalência	
Tópicos Especiais	2	E		Tópicos Especiais	2	Sem equivalência	
Libras	2	E		Sem equivalência		Sem equivalência	
Conceitos Matemáticos	4	E		Conceitos Matemáticos	4	Conceitos Matemáticos	4
Decisão e Liderança	2	E		Decisão e Liderança	2	Decisão e Liderança	2
TOTAL OFERTA ELETIVAS	24						

2.4 PROPOSTA ACADÊMICA

Neste subcapítulo será apresentado o ementário dos componentes curriculares ofertados no curso de Administração Pública.

2.4.1 Componentes Curriculares do 1º semestre

2.4.1.1 Produção de Textos e Expressão

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que possibilita ao aluno, tanto para a trajetória de sua vida acadêmica como para a profissional, a instrumentalização básica no que se refere à capacidade de reflexão, de raciocínio e de espírito crítico, bem como habilidades de expressão oral, leitura e produção de textos (relato técnico, artigos e outros gêneros), considerando os níveis de linguagem registrados socialmente e o uso adequado da comunicação administrativa e da redação oficial.

Conteúdo Programático:

- Análise de diferentes tipos de textos (enunciativo, descritivo, narrativo, dissertativo) em diferentes linguagens;
- Prática de leitura e de produção de textos informativos dissertativos integrada a aspectos textuais e linguístico-gramaticais da língua.
- Estrutura dos Parágrafos – Teoria e Prática;
- Estruturação de Argumentação;
- Como Evitar Falácias;
- Níveis e funções da Linguagem (enfoque técnico);
- Textos básicos da Comunicação Oficial: memorandos, ofícios, pareceres e outros;
- Expressão corporal: o corpo fala. A linguagem corporal e a Oratória; Preparação de mini-palestra com tema do projeto escrito; Prática de Mini-palestra.

Bibliografia Básica:

- EMEDIATO, Wander. **A Fórmula do Texto: redação e argumentação e leitura.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto. **Prática de Texto para Estudantes Universitários/** Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna.** 17a.ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República /** Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

Bibliografia Complementar:

- FIORIN, J. L. **Lições de Texto: leitura e redação.** São Paulo. Ática. 2002.
- MAESTRI, Mário. CARBONI, Florence. **A Linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta de classes.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- Manuais Oficiais sobre a Lei de Acesso à Informação.
- SOARES, Magda Backer; CAMPOS, Edson Nascimento. **Técnica de Redação.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- WEIL, Pierre. **O Corpo Fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal.** Petrópolis, Vozes, 1986.

2.4.1.2 Tecnologia de Informação

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa dar ao aluno conhecimentos sobre os conceitos básicos da Tecnologia da informação (TI) e a sua aplicabilidade nas organizações através de conhecimento sobre computadores (origem, funcionamento, componentes básicos) e sobre Sistemas de Informação (SI) e de Comunicação. Estimular a prática em software utilitários: processadores de textos, planilhas eletrônicas, bancos de dados, construtores de apresentações. Pretende dar condições ao aluno de compreender os conceitos de TI, SI e Gestão da informação e suas correlações, direcionando-o a entender a TI no seu papel operacional e estratégico dentro de uma organização; e de investigar as tendências na área de TI.

Conteúdo programático

- Hardware, Software (classificação e aplicação), Conceito de Dado, Informação e Conhecimento, Banco de Dados, Redes de computadores, Internet.
- A evolução do papel da Tecnologia da Informação nas organizações e as suas ações na organização
- Implantação da Tecnologia da Informação na organização; Relação entre Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação e Gestão da informação.
- Classificação de Sistemas de informação; Sistemas baseados na Web, Intranets e Extranets.
- Aspectos comportamentais, culturais e políticos no desenvolvimento de SI

Bibliografia Básica:

REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. de. **Tecnologia da Informação**: aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Janet P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. Rio de Janeiro: Prentice Hall Brasil, 2007.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAURINDO, Fernando José. **Tecnologia da Informação**: planejamento e gestão de estratégias. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. **Redes de Computadores**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BIO, Sergio. **Sistemas de Informação**: um enfoque gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia da Informação. Planejamento e Gestão**. 3ra Ed. São Paulo: Atlas, 2013

TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. **Tecnologia da Informação para Gestão**: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. Porto Alegre: Bookman, 2013.

2.4.1.3 Introdução à Administração Pública

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que visa oferecer aos alunos

conhecimento introdutório sobre a Administração Pública, o Papel do Estado na Sociedade, a Participação Popular e o Papel do Gestor Público, a partir do conhecimento do processo administrativo básico, comum às organizações: Planejamento, Organização, Direção e Controle das áreas funcionais (finanças, recursos humanos, marketing e administração de materiais e serviços) nas organizações públicas.

Conteúdo Programático:

- Objeto de estudo da Administração Pública e seu caráter interdisciplinar;
- Estado e Sociedade;
- Organização Política: Governos;
- Dimensão e perfil da Administração Pública Direta e Indireta;
- Princípios constitucionais na Administração Pública;
- O processo administrativo básico de gestão;
- Papel do gestor público: Habilidades de competências;
- Tendências na Administração Pública.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006. 156 p.

ISBMATUS, Carlos. **Estratégias Políticas**: chimpanzé, Maquiavel e Ghandi. São Paulo: FUNDAP, 1996. 294 p. (Coleção Ciências e Técnicas de Governo)

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Sociedade, Estado e Administração Pública**: perspectivas visando ao realinhamento constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, c1996. 169 p.

Bibliografia Complementar

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. xxiii, 404 p. ISBN 9788522446773

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública**. 2010, 2013 e 2014. Disponíveis em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao

2.4.1.4 Economia

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que possibilita ao estudante o conhecimento dos principais aspectos da economia, capacitando o aluno a compreender a realidade presente da economia brasileira e mundial e a discutir as diferentes abordagens teóricas dos problemas econômicos. Ao final do curso, este deverá ser capaz de entender as principais teorias econômicas e discutir as diversas interpretações analíticas e propostas de política econômica. De forma específica, a disciplina se propõe a avaliar a importância da boa condução das políticas econômicas; discutir o papel do Estado moderno e compreender as principais teorias econômicas e as terminologias utilizadas nesta área do conhecimento.

Conteúdo Programático:

- Pequena revisão sobre conceitos e fundamentos da teoria econômica;
- Políticas Econômicas: monetária, cambial, orçamentária, tributária, tarifária, salarial, regulatória;
- O Papel do Estado no Século XXI: Grandes questões da economia atual: o desemprego formal; a globalização econômica; o crescimento do sistema financeiro brasileiro (o mercado de ações); o crescimento do setor agrícola; o desequilíbrio das contas públicas brasileiras (crescimento da dívida interna).
- Conceitos de Microeconomia: demanda, oferta, equilíbrio de mercado, falhas nas estruturas de mercado. Elasticidades das curvas de demanda e oferta. Mercados monopolistas, e oligopolistas. As estruturas de mercado e a perda de eficiência econômica.
- A lei dos rendimentos marginais decrescentes e a função de produção; A teoria da renda da terra e a visão de curto e longo prazo na economia. Estrutura de custos de uma empresa e a maximização de lucro de uma firma em concorrência perfeita.

Bibliografia Básica:

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KEYNES, J. Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo:

Atlas, 1990.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

Bibliografia Complementar:

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo, Editora Vozes, 1984.

PINDYCK, Robert S e RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROSSETI, R. **Introdução à Economia**. São Paulo, Editora Atlas.

Manual de Economia da USP, Editora Atlas.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Textos de artigos e revistas especializadas na área econômica (Jornais: Valor Econômico; Gazeta Mercantil. Revistas: Carta Capital, Exame, Isto é, Veja).

2.4.1.5 Contabilidade Pública

Ementa: Componente curricular teórico-prático que visa instrumentalizar o gestor público com conceitos e mecanismos relacionados à Contabilidade Geral e Aplicada ao Setor Público para a utilização dos dados e demonstrações geradas pela contabilidade no auxílio à tomada de decisões.

Conteúdo Programático:

- Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público.
- Princípios Contábeis Patrimoniais
- Composição do Patrimônio Público
- Mensuração de Ativos e Passivos
- Variações Patrimoniais
- Ativo Imobilizado
- Ativo Intangível
- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes
- Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais

- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Análise Gerencial de Balanços e Resultados
- Análise das Demonstrações Aplicadas ao Setor Público
- Tomada de decisão com base nas demonstrações contábeis

Bibliografia Básica:

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 6.ed. Partes I a VIII e Anexos. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2014.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília, Editora Gestão Pública. 2013.

MAUSS, Cezar Volnei. **Análise de demonstrações contábeis governamentais: Instrumento de suporte a gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Cidade Gráfica, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Inaldo. ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública**: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

2.4.2 Componentes Curriculares do 2º semestre

2.4.2.1 Métodos Investigativos

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa apresentar os objetivos e funções gerais de um projeto de pesquisa. Proporcionar aos alunos métodos para a elaboração de um trabalho científico, contemplando as diferentes etapas metodológicas, problematizando as noções relativas à sua organização e a seu formato, debatendo sobre diferentes estratégias de pesquisa, com ênfase na ética, no trabalho de campo e na análise de dados. Permite desenvolver conhecimentos que possibilitem a análise e reflexão da realidade buscando a solução de problemas; discutir a investigação científica na administração como uma forma de intervenção nas

realidades; e instrumentalizar o aluno para a utilização das distintas etapas do processo de pesquisa.

Conteúdo Programático:

- Pensamento lógico e argumentação;
- Conceitos gerais e elementos que compõem uma abordagem científica – a ética na Pesquisa;
- Processos Investigativos: diferentes tipos, concepções e abordagens;
- Introdução aos paradigmas científicos;
- Críticas às fontes dos dados: institutos de estatísticas, sites de congressos, consultas a bases de periódicos (Ex: EBSCO, CAPES, Scielo...).

Bibliografia Básica:

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S; SOUZA, Mário F. S. de; MARQUES, Claudia T. B.; SILVA, Fábio N. S. da. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HAIR JR., Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip.

Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

SILVA, Lais Nunes da; *et al.* **Manual de Trabalhos Acadêmicos e Científicos da UERGS: orientações práticas à comunidade universitária da UERGS / Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UERGS, 2013.

Bibliografia Complementar:

ABNT

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

2.4.2.2 Teoria Geral da Administração

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que visa trazer aos alunos conhecimentos sobre as bases históricas da Administração, as abordagens clássicas, humanísticas e organizacionais visando o entendimento da construção do pensamento administrativo. Proporciona ao aluno o desenvolvimento dos conceitos de direção, comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Desenvolver conceitos de controle e coordenação. Enfoca as funções administrativas frente às novas tendências, às relações interorganizacionais e ao ambiente.

Conteúdo programático

- Teoria Clássica: Administração Científica e Processo Administrativo
- Teoria da Burocracia
- Teoria das Relações Humanas
- Teoria Comportamental
- Teoria Estruturalista
- Teoria do Desenvolvimento Organizacional e a administração por objetivos
- Teoria de Sistemas
- Teoria Contingencial

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9. ed. Barueri/SP: Manole, 2014.

PRESTES MOTTA, Fernando; VASCONCELOS, Isabella. **Teoria Geral da administração**. São Paulo: Thomson, 2002.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pino. **Teoria Geral da Administração: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRADE, Rui; AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração**. 2. ed. São Paulo: Elsevier Campus, 2011.

2.4.2.3 Custos

Ementa: Componente curricular teórico-prático que visa instrumentalizar o gestor público com conceitos e mecanismos relacionados à gestão de custos gerais e aplicados ao setor público com o objetivo de auxiliar à tomada de decisão com base nestes dados gerenciais.

Conteúdo Programático:

- Princípios contábeis relacionados à Gestão de Custos
- Nomenclatura básica de custos
- Sistema de Custos por Absorção
- Mão-de-Obra e Custos Indiretos de Produção
- Departamentalização
- Sistema de Custos Direto ou Variável
- Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio
- Custo-Padrão
- Sistema de Custeio Baseado em Atividades
- Custos em serviços públicos
- Custos Aplicados ao setor público - Estágio atual

Bibliografia Básica:

MAUSS, Cezar Volnei. SOUZA, Marcos Antônio de. **Gestão de Custos aplicada ao setor público**. São Paulo, Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: Análise e Gestão**. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2012.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de Custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.. **Contabilidade de Custos: um enfoque**

direto e objetivo. São Paulo: Frase, 2010.

MAHER, Michel. **Contabilidade de Custos**: criando valor para a administração. São Paulo: Saraiva, 2011.

2.4.2.4 Instituições de Direito

Ementa: Componente curricular teórico que visa propiciar ao aluno noções de Direito e a compreensão da relação existente no regime Democrático entre a Pessoa Humana e o Estado.

Conteúdos programáticos

- Direito, Moral e Ética
- Fontes do Direito.
- Estado. Governo. Constituição.
- Formas de Estado A distribuição espacial do poder. Competências dos Entes Federativos.
- Forma, Sistema e Regime de Governo.
- Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.
- Processo Legislativo e Espécies Legislativas.
- A inserção da Pessoa Humana no Estado Democrático de Direito. A cidadania.
- O meio Ambiente na Constituição.
- A política Urbana. O Estatuto da Cidade.
- O Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **A Constituição interpretada pelo STF**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfSobreCorte_pt_br/ano/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. **Gestão das Águas no Estado Federal**. Porto Alegre: Fabris, 2006.

Bibliografia Complementar:

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e Declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

2.4.2.5 Cálculo

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático visa capacitar o aluno em conhecimentos matemáticos basilares e instrumentais com vistas em aplicações subsequentes.

Conteúdo Programático:

- Funções e gráficos.
- Sequências. Limites. Continuidade.
- Derivadas e diferenciais. Cálculos de derivadas. Derivada de função composta e de função inversa. Derivadas sucessivas. Aplicações de derivadas.
- Teorema da média. Fórmula de Taylor. Regras de Lospital. Máximos e mínimos.
- Integral indefinida e definida. Teorema fundamental do cálculo integral. Técnicas de integração. Aplicações da integral definida.
- Cálculo de áreas, volume e comprimentos de curvas. Integrais impróprias. Limite e continuidade das funções de duas e três variáveis.
- Derivadas parciais. Aplicações das derivadas parciais.

Bibliografia Básica:

ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. **Cálculo das Funções de uma Variável**. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. **Cálculo "A"**. 6 ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

SILVA, Sebastião Medeiros da; et al. **Matemática para os Cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis**. v.1. São Paulo: Atlas, 1994.

Bibliografia Complementar:

EDWARDS, C. H.; PENNEY, David – Cálculo com Geometria Analítica. Tradução: Alfredo Alves de Farias. 4ª. edição. Rio de Janeiro : Prentice Hall do Brasil, c1997.

STEWART, James[1941]. Cálculo, vol. 1. Tradução de Cyro C. Patarra... [et al.]. São Paulo : Pioneira, 2001. 2v.

NICHOLSON, W. Keith. Álgebra Linear. 2ª edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

2.4.2.6 Sociologia das Organizações

Ementa: Componente curricular teórico que trata do pensamento sociológico clássico e contemporâneo e a apreensão do instrumental teórico para compreensão crítica dos fenômenos sociais, no sentido do entrelaçamento entre os aspectos econômicos, sociais e políticos na constituição da dinâmica social e organizacional.

Conteúdo Programático:

- Fundamentos teóricos da sociologia e dos processos sociológicos;
- A sociabilidade humana e a sociedade capitalista, estrutura, organização e sistemas, papéis sociais e individuais;
- Cultura, identidade e diversidade, processos de interação e comunicação nos espaços organizacionais, poder, relações de poder;
- Cultura e ética nas organizações, cultura organizacional e a cultura do trabalho na gestão pública.

Bibliografia Básica:

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BERNARDES, Cyro; MARCOANDES, Reynaldo C. **Sociologia Aplicada à Administração**. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. São Paulo: Artmed, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

ZYGMUNT, Bauman; Tim May. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

2.4.3 Componentes Curriculares do 3º semestre

2.4.3.1 Economia do Setor Público

Ementa: Componente Curricular que define os principais conceitos e definições de economia do setor público e apresenta uma síntese do pensamento econômico sobre o papel do setor público. Distingue as principais atividades do setor público e o seu papel no funcionamento de uma economia capitalista. Busca compreender a relação entre a sociedade e o agente público, bem como o impacto sobre as atividades econômicas. De forma específica a disciplina discute as diferentes visões sobre o papel do setor público; as atribuições do governo e sua evolução histórica e o setor público no Brasil.

Conteúdo programático:

- Pequena revisão sobre conceitos e fundamentos da teoria do setor público;
- Falhas de Mercado (bens públicos, externalidades, poder de mercado, mercados incompletos e assimetria de informação);
- Equidade e Eficiência e Gastos Públicos.
- Teoria da Tributação: Introdução; Incidência; Tributação e Eficiência
- Funções do governo e intervenções;
- Aspectos políticos (ação coletiva e escolha pública). O Setor Público em Economias de Mercado.
- O Setor Público no Brasil: Economia de Mercado com Controle Social
- Dimensão do Setor Público no Brasil
- Tópicos Especiais: Reforma Tributária, Federalismo Fiscal

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Ciro e Paulo Arvate (orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção os Economistas. SP: Nova Cultural, 1996.

Bibliografia Complementar:

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E.. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

STIGLITZ, Joseph E.. **Economics of the Public Sector**. 3. ed. New York: Norton, 2000.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, F. e Além, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MUSGRAVE, R. e MUSGRAVE, P.. **Finanças Públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

2.4.3.2 Filosofia Política

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que visa o estudo das principais doutrinas relacionadas ao desenvolvimento do pensamento político.

Conteúdos Programáticos:

- A filosofia na antiguidade: a razão e a busca do bom governo. A política na Grécia e em Roma
- O pensamento político na Idade média.
- As doutrinas do Estado: das teorias absolutistas à limitação da monarquia: Jean Bodin, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, John Locke e Montesquieu;
- Da renascença ao Iluminismo: o indivíduo, a razão e a liberdade.
- A sociedade industrial e o Socialismo. As doutrinas da sociedade industrial. O movimento operário e o pensamento socialista. O Marxismo e o reformismo.
- A Democracia. A Pessoa e o Estado.
- O poder: limites, soberania.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia Política**. São Paulo: Atlas, 2011.
 DUSO, Giuseppe. **O Poder**: história da filosofia política moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
 LEBRUN, Gérard. **O Que é Poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 NAY, Olivier. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

NYE Jr, Joseph. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

2.4.3.3 Administração Pública I

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o estudo da administração pública como indutora do desenvolvimento econômico e social sustentável, abordando: os modelos de Administração Pública Patrimonialista, Burocrática e Gerencial.

Conteúdo Programático

- Histórico de Intervenções no Aparelho do Estado
- Reforma Administrativa e a Agenda Pública Brasileira
- Desenvolvimentismo, conceitos para desenvolvimento e ambientalismo
- Privatizações, monopólios naturais e neoliberalismo
- *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.
- Visões alternativas à existência do estado

Bibliografia Básica:

JUSTEN FILHO, MARÇAL. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
 KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.
 MATIAS PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.
 PAULA, Ana Paula Paes de. **Por Uma Nova Gestão Pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERLIE, Ewan; ASBURNER, Lynn; FITZGERALD, Luise; PETTIGREW, Andrew. **A Nova Administração Pública e Ação**. Brasília, DF: UnB, c1996. 468 p.
 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 314 p.
 FARAH, Marta F. S e BARBOZA, Hélio B. (org). **Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

2.4.3.4 Teoria das Organizações

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que objetiva ao aluno condições de comparar criticamente as principais abordagens aos estudos das organizações: teoria dos sistemas, a aprendizagem organizacional, cultura, poder, ideologia, dominação, mudança e introduzir teorias contemporâneas.

Conteúdo programático

- Paradigmas na Teoria Organizacional (Funcionalismo, Interpretativismo, Humanista-radical e Estruturalista-racial)
- Teoria contingencial e a Ecologia Populacional
- O Aprendizado, a cultura e o poder nas organizações
- As organizações como prisões psíquicas
- A Mudança e a dominação nas organizações.
- Teoria Institucional. Teoria Baseada em Recursos, Teoria dos custos de transação

Bibliografia Básica:

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
 PRESTES MOTTA, Fernando. **Teoria das Organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.
 CALDAS, Miguel; BERTERO, Carlos (org.). **Teorias Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
 HALL, Richard. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Pearson, 2004.

Bibliografia Complementar:

HARDLY, Cynthia; CLEGG, Stewart; NORD, Walter (org.). **Handbook de Estudos**

Organizacionais. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Atlas, 1997.

2.4.3.5 Matemática Financeira

Ementa: Visa prover o aluno de conhecimentos que o permitam realizar cálculos financeiros e análises de empréstimos e investimentos para a tomada de decisão na gestão financeira das organizações. Desenvolve no aluno a noção de valor do dinheiro no tempo.

Conteúdo Programático:

- Capitalizações simples e composta.
- Descontos simples e compostos.
- Rendas certas. Rendas variáveis.
- Equivalência de fluxos de caixa.
- Sistemas de amortização de empréstimos.
- Noções de análise de investimento.
- Correção monetária.

Bibliografia Básica:

DAL ZOT, Wili. **Matemática Financeira.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e Suas Aplicações.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática Financeira Fácil.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática Financeira.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Bibliografia Complementar:

DE FRANCISCO, Walter. **Matemática Financeira.** 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos.** 2ª ed. São Paulo: Ed. MAKRON Books, 1999.

2.4.3.6 O Estado Brasileiro e a Administração Pública

Ementa: Componente curricular teórico-prático que visa abordar algumas das principais linhas do pensamento social brasileiro, voltadas para a formação do Estado Brasileiro, com ênfase à origem e evolução da Administração Pública.

Conteúdo programático:

- Estado: Conceito; Formação do Estado; Evolução Histórica.
- Os ciclos da sociedade e do Estado e os pactos políticos
- Evolução da Administração Pública no Brasil: Da Colônia à República Velha; DASP: reforma do serviço público; A reforma de 1967. O Decreto-Lei 200.
- Os modelos de Administração Pública. O Patrimonialismo, A Burocracia e o Gerencialismo.

Bibliografia Básica

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 1995.

PEREIRA, L. C. Bresser. **A Construção Política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2015.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

2.4.4 Componentes Curriculares do 4º semestre

2.4.4.1 Psicologia Organizacional

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que objetiva o conhecimento da utilização de competências e aptidões no domínio das relações interpessoais para lidar eficaz e assertivamente com situações conflitivas, com processos grupais e interativos no ambiente laboral. Objetiva também a compreensão das correlações entre a construção da subjetividade, as formas de organização e gestão do trabalho. Interações em coletividade, em comunidade e em grupo.

Conteúdo Programático:

- O comportamento do ser humano nas organizações (compreensão das relações entre sujeito, trabalho e sociedade).
- Crescimento mental e desenvolvimento pessoal.
- Desenvolvimento interpessoal.
- A inteligência emocional e as organizações.
- Comportamento organizacional.
- Aprendizagem e mudança organizacional.
- Saúde e qualidade de vida das organizações e as relações dinâmicas com o prazer-sofrimento, processos de subjetivação e saúde.
- Contextualização do trabalho na contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

BOWDITCH, James L. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.) **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, Cecília; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e liderança**. São Paulo: Pioneira, 1990.

FLEURY, M. T. *et al.* **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1992.

HELOANI, Roberto. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 5 (1), 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde.

Organizado por Elizabeth Costa Dias, Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. B.; BASTOS, A.V. B. (orgs.) **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

2.4.4.2 Financiamento Público

Ementa: Componente Curricular de caráter teórico-prático que visa possibilitar ao estudante condições de adquirir conhecimentos dos principais aspectos relacionados ao financiamento das necessidades da esfera pública.

Conteúdo programático:

- Introdução ao Financiamento Público – conceitos e definições;
- O papel do estado na oferta de bens e serviços; as funções básicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora;
- O financiamento público no Brasil nas últimas décadas;
- A estrutura do atual sistema financeiro internacional: Banco Mundial, BID, BIRD, FMI, agências internacionais de financiamento público.
- Os Bancos regionais e nacionais de fomento no Brasil: BNDES, BRDE, BADESUL.
- O endividamento público e seu financiamento (déficit público e dívida pública); visão histórica; realidade atual e razões de crescimento dos gastos governamentais.
- Tendências do Financiamento e da Gestão do Setor Público no Estado Moderno.
- Os modelos de concessão pública. A lei das Parcerias público-privadas.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Crise, Estagnação e Hiperinflação**: a economia brasileira nos anos 80. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. UNICAMP, Campinas, 1991.

CARVALHO, C.E.; **As Finanças Públicas no Brasil Hoje**: problemas, implicações e desafios. Mimeo, junho, 2002.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

GIAMBIAGI, F & ALÉM, A.C.; **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LONGO, Carlos Alberto; TROSTER, Luiz Roberto. **Economia do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1996.

LOZARDO, Ernesto (org.) **Déficit Público Brasileiro**: política econômica e ajuste estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUSSÁ, F.A.J.. **Credibilidade e Administração da Dívida Pública**: um estudo para o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

2.4.4.3 Estatística

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que proporciona aos alunos noções de estatística descritiva e probabilidade. Visa dar ao aluno condições de descrever e apresentar os resultados de um conjunto de observações de forma clara, objetiva e passando o máximo de informações e relações possíveis entre as variáveis observadas.

Conteúdo Programático:

- Estatística descritiva.
- Probabilidade: conceito, axiomas e teoremas fundamentais.
- Variáveis aleatórias.
- Distribuições de probabilidade.
- Distribuições teóricas e empíricas.
- Distribuições unidimensionais e bidimensionais.
- Introdução à Teoria da Amostragem, principais esquemas.
- Teste de Hipóteses.
- Comparação de médias entre duas populações.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, D.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
 DOWING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2003.
 STEVENSON, W.J. **Estatística Aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1997.
 TAVARES, M. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Bookman, 2007.

Bibliografia Complementar

BUNCHAFT, G. KELLNER, S.R.O. **Estatística sem mistério**. Petrópolis, Vozes, 1999.

2.4.4.4 Gestão Financeira e Orçamentária I

Ementa: Componente Curricular que proporciona ao aluno do curso de administração conhecimentos teóricos e práticos da importância da gestão pública, das políticas públicas e da administração orçamentária, assim como também, elementos de análise e reflexão sobre a gestão pública destacando aspectos da realidade brasileira.

Conteúdo programático

- Conceitos Iniciais de Gestão Orçamentária e Financeira;
- O Orçamento Público (importância de sua elaboração);
- Princípios orçamentários; Classificação orçamentária (despesas e receitas);
- Controle orçamentário;
- Previsão de receitas e despesas;
- Orçamento e planejamento;
- Modelo orçamentário brasileiro: evolução, organização e estrutura.
- O orçamento baseado em programas.
- Processo orçamentário: estrutura, elaboração, discussão e aprovação
- Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Execução das despesas públicas. Controle da execução orçamentária: Controles Interno e Externo;
- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica:

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12ª ed. Revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: atlas, 2011.
 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento**. Brasília: MPOG/SOF, 2000. Disponível em: <http://www.portalsof.planejamento.gov.br>.
 ROCHA, Arlindo Carvalho. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de *Accountability*. **Anais do III EnAPG**. Salvador, novembro de 2008.
 VIGNOLI, Francisco Humberto. Legislação e execução orçamentária. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

2.4.4.5 Gestão de Processos

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que objetiva ao aluno entender a visão horizontal de processos organizacionais, assim como desenvolver uma metodologia para mapeamento, desenho e modelagem de processos organizacionais, no intuito de implementar melhorias e o seu gerenciamento contínuo através de sistemas de informação.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos sobre processos organizacionais
- Visão vertical e Visão horizontal nas empresas (organograma e fluxogramas)
- Implementação da metodologia para gerenciamento de processos de negócios – BPM – Business Process Management
- Notação BPM e desenho de processos de negócio
- Implementação e monitoramento das melhorias na gestão dos processos

- Utilização de sistemas de informação na implementação dos processos organizacionais

Bibliografia Básica:

ALBURQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. **Sincronismo Organizacional**: como alinhar a estratégia, os processos e as pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por Processos**: uma abordagem da moderna administração. 2da ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VALLE, Rogerio; OLIVEIRA, Saulo (org.) **Análise e Modelagem de Processos de Negócio**: foco na notação BPMN. São Paulo: Atlas, 2009.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (orgs.). **Gestão Pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

MULLER, Claudio José. **Planejamento Estratégico, Indicadores e Processos**: uma integração necessária. São Paulo: Atlas, 2014.

2.4.4.6 Direito Constitucional

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa capacitar o aluno a identificar os princípios gerais do Direito Constitucional, e aplicá-los no exercício da cidadania.

Conteúdo Programático:

- Teoria do Estado e Teoria da Constituição
- Poder Constituinte.
- Controle de Constitucionalidade
- Objetivos, fundamentos e princípios da Constituição Nacional vigente.
- Direitos e garantias fundamentais
- Tutela constitucional das liberdades
- Direitos Sociais.
- Nacionalidade e Direitos políticos.

- Organização Político-Administrativa
- Processo e espécies legislativas
- Ordem econômica e financeira.
- Ordem social

Bibliografia Básica:

BRASIL. **A Constituição interpretada pelo STF**. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaIStfInternacional/portaIStfSobreCorte_pt_br/ano/exo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2014.

2.4.5 Componentes Curriculares do 5º semestre

2.4.5.1 Gestão de Pessoas

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que tem o objetivo de proporcionar ao aluno capacidade de analisar as políticas de gestão de recursos humanos, suas questões mais importantes no contexto político-administrativo da administração pública e suas repercussões sócio administrativas.

Conteúdo Programático:

- As funções de recursos humanos – a visão sistêmica;
- Modelo integrado de planejamento organizacional e de recursos humanos;
- Planejamento de carreira e cargos; recrutamento e seleção: métodos, instrumentos e restrições;

- A visão estratégica do recrutamento e seleção; desenvolvimento de recursos humanos;
- Treinamento e Desenvolvimento de RH no contexto das organizações;
- O trinômio Educação Formal, Treinamento e Desenvolvimento de RH, fases do Programa de Treinamento e Desenvolvimento de RH (levantamento de necessidades, implementação e avaliação);
- Desenvolvimento gerencial e desenvolvimento organizacional;
- Reconhecimento e recompensa;
- Avaliação de desempenho: principais métodos; remuneração e benefícios: tipologias básicas.

Bibliografia Básica:

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). **Gestão de Pessoas**: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília, DF: ENAP, 2010. 346 p. ISBN 9788525600691

BERGUE, Sandro Trescastro. **Estruturas de Cargos na Administração Pública Municipal**: estudos de casos em localidades de pequeno porte e tópicos complementares: concurso público, contratação por prazo determinado, reenquadramento de servidores e regime jurídico. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. 196 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 213 p. ISBN 9788522483488

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 494 p.

Bibliografia Complementar:

CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização**: dimensões esquecidas. Tradução de Arakcy Martins Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 3 v.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

SOBOLL, L. A.; FERRAZ, D. L. S. (org.) **Gestão de Pessoas**: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

2.4.5.2 Políticas no Estado Democrático de Direito

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático direcionado ao estudo do processo, das normas e atos voltados aos objetivos de interesse geral nas dimensões

política, econômica e social.

Conteúdo Programático:

- Conceito básicos em Políticas Públicas (Política, Poder, Estado e Governo)
- Análise de Políticas Públicas: as questões centrais (Quem? O que? Porque? Como?)
- Modelos de Políticas Públicas
- Processo de elaboração das Políticas Públicas: Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas
- Apresentação de casos. Políticas públicas na contemporaneidade

Bibliografia Básica:

KEINERT, Tânica Margarete Mezzomo. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
 DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
 HERMANY, Ricardo-org. **Gestão Local e Políticas Públicas**. Santa Cruz do Sul: IPR, 2010.
 SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Bibliografia Complementar:

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

2.4.5.3 Gestão Financeira e Orçamentária II

Ementa: Componente curricular de caráter teórico prático que visa habilitar os alunos a traçar estratégias financeira das organizações públicas, no que se refere às decisões de investimento e de financiamento, sob condições de risco.

Conteúdo Programático:

- O valor do dinheiro no tempo;
- Orçamento de capital;

- Risco e retorno Custo de Capital Próprio;
- Custo de Capital de Terceiros;
- Custo Médio Ponderado de Capital;
- Análise da Estrutura de Capital;
- Política de dividendos;
- Governança corporativa.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre Finanças corporativas e valor - 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005
ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Ed. Atlas, 2a edição, 2002.
GALESNE, Alain. FENSTERSEIFER, Jaime E. LAMB, Roberto. Decisões de Investimentos da Empresa. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

2.4.5.4 Direito Administrativo I

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa capacitar o aluno a identificar os princípios e regras gerais do Direito Administrativo, visando aplicá-los no exercício das atividades funcionais de acordo com os Direitos Fundamentais e com a Democracia.

Conteúdo Programático:

- Administração Pública: noções básicas
- Regime Jurídico Administrativo
- A Organização Estrutural da Administração Pública
- Atividade Administrativa e Ato Administrativo
- Poder de Polícia
- Serviços Públicos
- Agentes Públicos
- Bens Públicos

Bibliografia Básica:

BRASIL. **A Constituição Interpretada pelo STF**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfSobreCorte_pt_br/ano/exo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

MIRAGEM, Bruno. **A Nova Administração Pública e o Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

2.4.5.5 Estudos Antropológicos

Ementa: Componente curricular teórico-prático de compreensão a respeito do processo de formação humana e as repercussões da noção de cultura nas diferentes realidades; perspectivas e contribuições para o campo da Administração pública no contexto contemporâneo

Conteúdo programático:

- Os movimentos e ordenamentos da cultura brasileira ao longo da história;
- A análise crítica entre os fundamentos sócio-históricos-culturais e a prática administrativa;
- O processo histórico da Antropologia Cultural;
- Relações entre balizadores éticos e estéticos na configuração da teoria antropológica e sua interface com a intervenção e produção de conhecimento.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac/Nasif, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro:

DP&A, 2006.

Bibliografia Complementar:

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

2.4.5.6 Marketing no Setor Público

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático, que visa proporcionar ao aluno uma visão geral da função de marketing no setor público propiciando habilidades para o conhecimento e adaptação do mix mercadológico às características do setor público e sua integração através do planejamento, estudo de aspectos comportamentais do consumidor/cidadão/usuário.

Conteúdos Programáticos:

- Conceito e escopo de marketing;
- Pesquisa de mercado;
- Segmentação;
- Comportamento do Consumidor/Cidadão/Usuário;
- Mix de Marketing e Mix de Marketing de Serviços;
- Marketing Integrado e Plano de Marketing;
- Marketing social;
- Marketing de serviços públicos;
- Marketing político e eleitoral;
- Marketing territorial;
- Marketing institucional;
- Marketing interno para servidores e entre órgãos.

Bibliografia Básica:

BATESON, John E.G.; HOFFMAN, K. Douglas. **Marketing de Serviços**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FARIAS, Claudio; DUSCHITZ, Caroline; CARVALHO, Gustavo M. de. **Marketing Aplicado**: Porto Alegre: Bookman, 2015.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação para o mercado brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015.

2.4.6 Componentes Curriculares do 6º semestre**2.4.6.1 Inovação**

Ementa: Componente curricular que busca o desenvolvimento de atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras ao trazer conhecimentos sobre o processo de geração de novas ideias e suas aplicações para criar uma nova organização, produto, serviço, processo e/ou método de trabalho, num ambiente instável, imprevisível e complexo. Assim como também busca salientar a importância da inovação como diferencial competitivo para a gestão pública.

Conteúdo programático

- Inovação;
- Inovação de processos, produtos/serviço, mercado e métodos de trabalho.
- Mecanismos de fomento à Inovação;
- O papel do Estado na promoção da inovação;
- Empreendedorismo;
- Empreendedorismo público;

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FLEURY, A. C. & FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e Inovação Organizacional**: as experiências do Japão, Coreia e Brasil. São Paulo: Atlas, 1995.
 MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 224 p.
 DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 299 p.

Bibliografia Complementar:

DRUCKER, P.F. **Inovação e Espírito Empreendedor** (*entre-preneurship*): prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1985.
 VALADARES, Josiel Lopes; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ALVES, Renner Coelho Messias; MORAIS, Mateus Cerqueira Anício. O Fenômeno do Empreendedorismo Público: um ensaio sobre a aplicabilidade desse construto na Administração Pública Brasileira. In: **Anais do XXXVI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 22 a 26 set. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1546.pdf>
 HISRICH, R. D., PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

2.4.6.2 Gestão de Operações de Serviços

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa preparar os gestores públicos para planejar e implementar estruturas e mecanismos de operações de serviços. Desenvolvendo habilidades gerenciais para que torne efetivo o controle do fluxo de atividades voltadas para equilíbrio dinâmico contemplando a relação carga x capacidade e considerando toda a estrutura disponível para atender de forma adequada a demanda dos cidadãos.

Conteúdo Programático:

- Definição de Produtos e Serviços;
- Modelo de transformação de serviços;
- Objetivos de Desempenho;
- Estratégias de Operações de Serviços;
- Planejamento e Controle de Capacidade e Demanda

Bibliografia Básica:

- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 560 p.
- CLARK, Graham. JOHNSTON, Robert. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.
- CORREA, Carlos A.; CORREA, Henrique L. **Administração da Produção e Operações: manufatura e serviços - Uma abordagem estratégica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 704 p.
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 728 p.

Bibliografia Complementar:

- GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. **Administração da Produção e Operações**. 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 598 p.

2.4.6.2 Mídia e Comunicação

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa enfatizar os meios de comunicação social, suas potencialidades e limites. Objetiva também dar aos alunos condições de planejarem e executarem planos de comunicação, incluindo análise de pesquisas, seleção de meios, produção de materiais (gráficos, sonoros, digitais, audiovisuais, etc.) e estratégias de comunicação na Administração Pública.

Conteúdo Programático:

- A mídia e a origem da Comunicação de Massa: potencialidades e limites
- Comunicação: conceito de comunicação em geral e aplicado à Administração. Sistema de Comunicação: elementos e processos;
- Composição da mensagem: interpretação, identificação de elementos: emissor, receptor, meio, canal, ambiente;
- Processos de comunicação: elementos da estrutura e do processo comunicativo levando em conta aspectos histórico-ideológicos.
- Estratégias de comunicação na gestão pública: a comunicação organizacional e a cidadania

- Veículos de comunicação como instrumentos de mídia: classificação e escolha. Materiais impressos; materiais eletrônicos (TV, internet, mobilizações, mídias virais, Rádio).

Bibliografia Básica:

- MORIGI, José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Comunicação, Informação e Cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- TAVARES, Maurício. **Planejamento de Comunicação**: curso essencial. São Paulo: Atlas, 2011.
- KUNSCH, M. M. K. (Org.). **A Comunicação como Fator de Humanização das Organizações**. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010. v. 1.
- KUNSCH, M. M. K.(Org.) (Org.) ; KUNSCH, M. M. K. (Org.) . **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul/SC: Difusão, 2011. v. 1.

Bibliografia Complementar:

- WOLTON, Dominique. **Informar Não é Comunicar**. Tradução de: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 82.

2.4.6.4 Metodologia da Pesquisa

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que oferece instrumental para elaboração de estudos e investigações em administração pública, discutindo utilidade e relevância da pesquisa nesta área;

Conteúdo Programático:

- Pesquisa quantitativa e Pesquisa qualitativa;
- Métodos quantitativo e qualitativos usuais nas investigações organizacionais;
- Fases da pesquisa científica;
- Estudo de projetos de pesquisa direcionados à administração pública;
- Formas de Sistematização e Apresentação dos Resultados de Pesquisas.

Bibliografia Básica:

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR., Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Philip.

Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

2.4.6.5 Planejamento Estratégico e Governamental

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa capacitar o aluno a compreender os aspectos básicos do planejamento e de sua metodologia, enquanto função de governo no Estado Democrático de Direito.

Conteúdo programático

- A Gestão Pública brasileira
- O Sistema de Planejamento Governamental Brasileiro: Marcos históricos do planejamento no Brasil, os agentes envolvidos e a abrangência de um planejamento.
- A Gestão das Políticas Públicas no Brasil
- Visão Estratégica da Administração Pública no Brasil: O planejamento como instrumento da ação pública e como imposição constitucional.
- As informações e o processo de tomada de decisão do Gestor Público
- Governança no setor público e as perspectivas de implementação no Brasil: desafios contemporâneos.

Bibliografia Básica:

PALUDO, Augustino Vicente; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento Governamental**: referencial teórico, conceitual e prático. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Planejamento Governamental**: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 2012

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (org.). **Gestão Pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo:

Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **O Desafio do Planejamento Governamental**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

Bibliografia Complementar:

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento e Governo**. Brasília: IPEA, 1997.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Gestão Pública para um Brasil de Todos**. Brasília, 2003.

2.4.6.6 Direito Administrativo II

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa capacitar o aluno a compreender o Direito Administrativo como um conjunto de normas que impõem ao Estado a promoção dos Direitos Fundamentais e da Democracia.

Conteúdo Programático:

- As transformações do Direito Administrativo no contexto do Estado Democrático de Direito e sua inserção no processo de constitucionalização.
- O interesse público e os Direitos fundamentais.
- As contratações de bens e serviços no setor público: Licitação
- Contrato Administrativo
- Controle da Administração Pública
- Improbidade Administrativa
- A Responsabilidade do Estado
- Temais atuais em Direito Administrativo: Fomento, A nova Administração Pública, Legalidade Administrativa

Bibliografia Básica:

BRASIL. **A Constituição interpretada pelo STF**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfSobreCorte_pt_br/ano/exo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2014.
MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

MIRAGEM, Bruno. **A Nova Administração Pública e o Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

2.4.6.7 Gestão e Sustentabilidade

Ementa: Componente curricular que busca estudar os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e os problemas, oportunidades e desafios associados às questões socioambientais que, da escala global à local, conduziram à consolidação do debate sobre sustentabilidade no final do século XX e início do século XXI. Procura-se examinar as propostas que vêm sendo debatidas e, em parte, implementadas nas esferas públicas e privada, levando em consideração o atendimento das três condições da sustentabilidade, a saber: econômica, social e ambiental.

Conteúdo Programático:

- Gestão ambiental e evolução
- As políticas de comando e controle.
- Conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável.
- O novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública.
- A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
- O desenvolvimento regional sustentável.
- As políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental.

Bibliografia Básica:

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.
 ALMEIDA, Fernando. **Os Desafios da Sustentabilidade**: uma ruptura urgente. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
 BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
 MAY, Peter Herman, LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; VINHA, Valéria G. da. **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003. v. 1. 318 p.

Bibliografia Complementar

PARREIRA. Clélia e ALIMONDA. Héctor, Organizadores. **Políticas Públicas Ambientais Latino Americanas**. Brasília: Flacso–Brasil/Abaré, 2005.

2.4.7 Componentes Curriculares do 7º semestre

2.4.7.1 Estado, Mercado e Terceiro Setor

Ementa: Componente curricular que focaliza a interface entre o Estado, o Mercado e as organizações do Terceiro Setor, na coprodução dos serviços públicos. História, componentes e papéis do Terceiro Setor. Delimitação do campo teórico e prático do Terceiro Setor. Fundamentos conceituais para a compreensão do perfil do terceiro setor no Brasil e no mundo. Os papéis que este setor desempenha na sociedade contemporânea e os desafios de consolidação e fortalecimento institucional deste setor. Particularidades da gestão em organizações do Terceiro Setor: a relação entre as dimensões social, econômica e política. O empreendedorismo social (coletivo e institucional). Debater sobre os papéis das organizações dos três setores no trato de temas atuais: Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sócio Ambiental Sustentável, Empreendedorismo Social, Gestão de Organizações Sociais.

Conteúdo Programático

- Estado, Mercado e Terceiro Setor;
- Empoderamento e participação social
- Perspectiva histórica do Terceiro Setor; Assistencialismo; ONGS; Tendências.

- Economia Solidária: Discurso Teórico e Prática
- A Lei 9.790, de março de 1999: OSCIP
- O Custo Social da Desigualdade
- Projeto Social e Gestão de Ong's
- Avaliação de Projetos Sociais
- Redes e Parcerias Sociais. Redes de Compromisso Social

Bibliografia Básica:

- SARMENTO, Dirléia Fanfa; RAMIREZ, Vera Lúcia. **Gestão de Políticas Públicas para a Cidadania, Participação e Responsabilidade Social**. Canoas/RS: Unilasalle, 2014. 356 p.
- SCORTEGAGNA, Fernando; COSTA, Marli da; HERMANY, Ricardo (orgs.). **Espaço Local, Cidadania e Políticas Públicas**. Santa Cruz do Sul: IPR, 2010. v. 2.
- CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARDOSO, Ruth; IOSCHPE, Evelyn Berg (orgs.). **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FISCHER, Rosa Maria; OGLIASTRI, Enrique; AUSTIN, James. **Parcerias Sociais na América Latina: lições de colaboração entre empresas e organizações da sociedade civil**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

- MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não-Governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGS e estratégias de atuação**. São Paulo: Atlas, 2007.

2.4.7.2 Projetos Públicos

Ementa: Estudar a elaboração, implementação e controle de projetos. Entender as especificidades dos projetos públicos.

Conteúdo Programático:

- Definições de Projetos;
- Dimensões: Custo, Qualidade e Tempo em Projetos;

- Gestão de projetos (desenvolvimento, planejamento, implementação e monitoramento);
- Projetos Públicos;
- Elaboração, execução e acompanhamento de projetos públicos.

Bibliografia Básica:

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 728 p.

LACRUZ, Adonai. **Gestão de Projetos no Terceiro Setor**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GIDO, J.; CLEMENTS, J.P. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

GRAY, Clifford; LARSON, Erik. **Gerenciamento de Projetos: o processo gerencial**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

Bibliografia Complementar:

PESTANA, Carlos V. S.; VALENTE, Gabriela V. P. **Gerenciamento de Projetos na Administração Pública: da implantação do escritório de Projetos à gestão de portfólio na Secretaria De Estado De Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo**. Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública, 15 a 17 de março de 2010 Disponível em <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_21/gerenciamento_de_projetos_na_administracao_publica_da_implantacao_do_escritorio_de_projetos_a_gestao_de_portfolio_na_secretaria_de_estado_de_gestao_e_recursos_humanos_do_espírito_santo.pdf>

CLEMENTE, Ademir (org). **Projetos Empresariais e Públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

2.4.7.3 Oficina de Trabalho de Curso I

Ementa: Componente curricular que se propõe ao exercício prático de pesquisa coletiva, com ênfase em uma das áreas de concentração dos eixos temáticos. Essa oficina compreende um aprofundamento do processo de investigação na área da administração pública (de justificativa social e de grupo), consolidação dos conceitos relativos ao entendimento da ciência e da pesquisa e, a partir dos conceitos desenvolvidos, permitir a construção de um projeto de pesquisa a ser aplicado no componente curricular Oficina de pesquisa II.

Conteúdo programático:

- Escolha do tema de pesquisa,
- Justificativa do tema de pesquisa,
- Metodologia de pesquisa,
- Instrumento de investigação,
- Objetivos e revisão bibliográfica utilizando os bancos de dados disponíveis para pesquisa.

Bibliografia Básica:

NUNES, Laís et al. **Manual de Trabalhos Acadêmicos e Científicos da UERGS:** orientações práticas à comunidade universitária da UERGS / Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UERGS, 2013.

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico:** explicitação das normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre: s.n., 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

2.4.7.4 Políticas Públicas Comparadas

Ementa: Componente curricular de estudo dos critérios racionais para a distribuição de bens, serviços, oportunidades e possibilidades, com vistas ao interesse social. Estudo comparado sobre direitos sociais e a cidadania no Brasil e no mundo.

Conteúdo Programático:

- Políticas Públicas, Cidadania e Estado de Bem-estar social
- A formulação e aplicação de políticas, programas e ações estatais cujos benefícios sociais superem os investimentos
- Políticas Sociais: mínimos sociais
- A inserção dos Direitos Sociais no Ordenamento Jurídico

- As necessidades humanas básicas
- Políticas de satisfação de necessidades básicas no contexto internacional
- Políticas de satisfação de necessidades básicas no contexto brasileiro

Bibliografia Básica:

RAWLS, John. **Justiça como Equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia Complementar:

SACHS, Jeffrey. **O Fim da Pobreza**: como acabar com a miséria nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

2.4.7.5 Logística

Ementa: Componente curricular que focaliza evolução e conceitos de logística. Interfaces do sistema logístico na gestão pública. Controles e políticas de materiais; Lote Econômico de Compra; Compras na Administração Pública; Organização dos serviços de compras. Fontes de fornecimento; Dimensionamento e Controle de Estoques; Distribuição Física, Armazenagem; Sistema de Informação na Cadeia de Suprimentos. Logística Reversa.

Conteúdo Programático:

- Logística, gerenciamento do Gerenciamento do Sistema Logístico: clientes internos e externos, fornecedores, gestão de contratos e da cadeia de suprimentos;
- Logística em organizações públicas;
- Gestão de estoques, compras, distribuição e armazenagem;
- *E-procurement*, pregão eletrônico, licitações;
- Logística reversa em organizações pública.

Bibliografia Básica:

- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: transportes, administração de materiais, distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.
- NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: estratégias para redução de custos e melhoria de serviços. São Paulo: Thomson, 2002.
- CLARK, Graham. JOHNSTON, Robert. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar

- CORREA, Carlos A.; CORREA, Henrique L. **Administração da Produção e Operações**: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 704 p.

2.4.7.6 Direito Regulatório

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o estudo da regulação econômica-social enquanto atividade estatal de intervenção estatal indireta sobre a conduta dos sujeitos públicos e privados, para implementar as políticas de governo e a realização dos direitos fundamentais.

Conteúdo Programático:

- Os serviços públicos na sociedade contemporânea.
- Aspectos gerais da Regulação Estatal: noção; modalidades de regulação.
- Regulação e Desenvolvimento
- A ordem econômica no Estado Brasileiro: Princípios da ordem econômica na Constituição Federal; Formas de intervenção.
- Agências Reguladoras: iniciativa legislativa; forma autárquica; finalidade, competências e atribuições.
- Regulação comparativa: origem, evolução e poder normativo nas agências reguladoras americanas

- Quadro jurídico brasileiro sobre regulação: poder regulamentar e regulador; os princípios da subsidiariedade, legalidade, separação dos poderes e o poder normativo.
- Análise das Agências reguladoras em espécie.
- Solução de conflitos nas Agências Reguladoras.

Bibliografia Básica:

BINENBOJM, Gustavo (coord.). **Agências Reguladoras e Democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GUERRA, Sérgio. (org.) **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas**. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Básica:

PECI, Alketa (org.). **Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação**. São Paulo: Atlas, 2007.

2.4.8 Componentes Curriculares do 8º semestre

2.4.8.1 Governo Eletrônico

Ementa: Componente curricular com ênfase na economia digital e do conhecimento e no uso de redes para redefinir a organização. O uso e o impacto da TI nas organizações públicas. Evolução do conceito de governo eletrônico (*e-government*). Visão geral, conceitos e características de governo eletrônico nas relações entre diferentes governos, organizações e consumidores-cidadãos.

Conteúdo programático

- O uso da tecnologia de informação nas organizações públicas, seu impacto e sua importância nas estratégias das organizações.

- Conceitos, evolução e principais objetivos do E-gov.
- As tipologias de Governo Eletrônico. Classificação das atividades e serviços de governo eletrônico.
- Governo eletrônico (e-gov) no Brasil e no mundo. Estágios de Maturidade em Governo Eletrônico. Experiências de Governo Eletrônico no Brasil e no mundo.
- Vantagens, desafios, limitações e tendências futuras.
- Política Pública brasileira de Governo Eletrônico.
- Democratização da informação. Inclusão digital. Prestação de serviços, Transparência e Controle. Cidadania digital.
- Aplicações do governo eletrônico no âmbito de os poderes federal, estadual e municipal. Análise e avaliação de sites e serviços. Estudo de casos.

Bibliografia Básica:

CHAHIN, Ali; CUNHA, Maria Alexandra; PINTO, Solon Lemos (orgs.). **E-Gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

FERRER, Florência, SANTOS, Paula. **E-Government: o governo eletrônico no brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Marcelo De Sousa. **E-Gov: implantação de um governo eletrônico**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2012.

REZENDE, Denis Alcides; LEITE, Leonardo De Oliveira. **Governo Eletrônico para Gestão do Desempenho da Administração Pública**. Curitiba: APPRIS, 2015.

Bibliografia Complementar:

FERRER, Florência; VICENTE, Carmen Gambín. **Agenda i-Brasil 2015: governo eletrônico nos Estados Brasileiros**. Curitiba: CRV, 2012.

ZUGMAN, Fábio. **Governo Eletrônico: saiba tudo sobre essa revolução**. São Paulo: Livro- ponto, 2006.

ARAUJO, Margarete Panerai. **Governo Eletrônico: políticas de gestão, comunicação e participação no Estado do Rio Grande**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

ROVER, Aires José; GALINDO, Fernando. **O Governo Eletrônico e Suas Múltiplas Facetas**. Zaragoza/Espanha: Prensas Universitárias de Zaragoza, 2010.

2.4.8.2 Avaliação de Projetos Públicos

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa possibilitar ao

estudante condições de adquirir conhecimentos dos principais aspectos relacionados a avaliação de projetos sociais, sob os seus diferentes enfoques: econômico, social, político e ambiental.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos sobre projetos públicos: Elaboração do marco lógico
- Contextualização sobre a importância e concepções da avaliação de programas/projetos sociais
- Tipos de avaliação de programas/projetos públicos
- Métodos e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação;
- Problemas e controvérsias no campo da avaliação de programas/projetos sociais.

Bibliografia Básica:

ARMANI, Domingo. **Como elaborar Projetos Sociais?** Um guia prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CLEMENTE, Ademir (org). **Projetos Empresariais e Públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. **Manual de Análise de Custos e Benefícios**: fundos dos projetos de investimento estruturais - FEDER, Fundo de Coesão e ISPA). Bruxelas, 2003.

Bibliografia Complementar

CONTADOR, Claudio. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. São Paulo: Atlas, 2000

2.4.8.3 Oficina de Trabalho de Curso II

Ementa: Componente curricular teórico-prático que visa oferecer ao aluno orientação para o desenvolvimento e elaboração da monografia com a integração da teoria. Permite ao aluno desenvolver a análise crítica dos resultados, através da consistência metodológica de investigação.

Conteúdo Programático:

- Execução do projeto de pesquisa dando continuidade as fases de revisão e definição da metodologia,
- Elaboração e testagem dos instrumentos de coleta de dados,
- Coleta de dados,
- A análise de dados
- Confeção da monografia.

2.4.8.4 Ética e Administração Pública

Ementa: Componente curricular de caráter teórico que visa proporcionar ao discente a discussão sobre princípios éticos e atuação ética do Administrador Público em diferentes situações profissionais.

Conteúdo programático:

- Teorias morais: a) ética das virtudes; b) éticas normativas; c) utilitarismo. Valores (princípios norteadores da Administração Pública: a) moralidade e legalidade; b) eficiência e responsabilidade; c) justiça: igualdade e imparcialidade d) transparência e publicidade: segredo administrativo versus participação; e) Probidade e integridade.
- Código de ética do Administrador e dos funcionários públicos.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos da Ética Geral e Profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS FILHO, Ives G. **Manual Esquemático de Filosofia**. São Paulo: LTr, 2000.

RAWLS, John. **Justiça e Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TELES, Fídias. **Filosofia para o Século XXI**. Erechim: São Cristóvão, 2003.

Bibliografia Complementar:

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

2.4.8.5 Controle Social

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que tem por finalidade fundamentar o princípio do controle social nas políticas públicas, bem como estudar os dispositivos de participação enquanto espaços de construção de cidadania.

Conteúdos programáticos

- A Democracia Participativa
- A participação popular no Estado Contemporâneo
- O princípio constitucional da participação popular
- Os institutos de participação popular na Administração Brasileira
- A aplicação dos institutos de participação popular na Administração Brasileira

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública Democrática: institutos de participação popular na administração**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventando a Participação Social**. 2. ed. Lisboa/Portugal: Fundação Mário Soares/Grádiva Publicações, 2002.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EdUSP, 1999.

2.4.8.6 Ciência Política

Ementa: Componente curricular teórico-prático que propõe reflexão a respeito das relações entre Estado e Sociedade nas democracias ocidentais, a partir da compreensão dos fundamentos do pensamento político clássico, moderno e contemporâneo no contexto aplicado.

Conteúdo programático

- Diferentes tipos de democracia nas sociedades contemporâneas;
- As transformações estruturais, as relações de poder e o sentido destas, nas formas institucionais;
- A representação política (conceituação, tipos);
- Evolução do sistema democrático e do regime partidário com suas funções e ações enquanto expressão democrática e participativa da vontade popular;
- Aprofundamento conceitual da ideia de política, cidadania e a ampliação do escopo social da democracia e da participação popular
- Modelos institucionais de participação e de acesso às arenas estatais
- Tópicos atuais em ciência política

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
 SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
 WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.
 WEFORT, Francisco C. **Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 1989.

Bibliografia Complementar:

SARTORI, Giovanni. **Teoria da Democracia I**: o debate contemporâneo. Madrid: Alianza, 2000.

2.4.8.7 Estágio Curricular Supervisionado

Ementa: Componente curricular de caráter prático que visa: possibilitar ao estudante desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças; complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento profissional; atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento da gestão pública;

incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas; promover a integração da UERGS/curso-serviços-comunidade; atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa. A Normatização própria, NECA – Normativa de Estágio Curricular de Administração, conforme prevê a legislação em vigor.

Bibliografia Básica:

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O estágio curricular obrigatório, de no mínimo 300 horas, deverá ser supervisionado por um docente e, ao final, ser apresentado um relatório. O estágio poderá ser realizado ao longo do curso, dividido em duas ou mais etapas, buscando contemplar os seguintes objetivos:

1. Proporcionar ao estudante possibilidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças;
2. Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e do incentivo à busca do aprimoramento profissional;
3. Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, oportunizando ao estagiário maior conhecimento da filosofia, das diretrizes, organização e do funcionamento da gestão pública;
4. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
5. Promover a integração da UERGS/curso-serviços-comunidade;
6. Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa.

A UERGS adotará para seu curso de Administração Pública o Trabalho de Conclusão de Curso, que se denomina Trabalho de Curso, tendo regulamento próprio conforme determina a legislação em vigor. O Trabalho de Curso conta com a orientação de um professor e pode ser realizado na modalidade Monografia ou Artigo Científico.

2.4.9 Componentes Curriculares Eletivos

2.4.9.1 Conceitos Matemáticos

Ementa: Componente curricular teórico-prático que visa proporcionar aos alunos conhecimentos quantitativos introdutórios, em relação à modelagem matemática, visando nivelamento para componentes curriculares subsequentes.

Conteúdo Programático:

- Números: inteiros, racionais e reais;
- Operações numéricas: operações com frações, potências, raízes e logaritmos;
- Equações; desigualdades; noções de geometria;
- Conjuntos;
- Os conceitos de função e gráfico de uma função;

Bibliografia Básica:

CUNHA, F. **Matemática Aplicada**. São Paulo: Atlas, 1990.
DORIVAL B. Jr; ESPINOSA, Isabel C. de O. N.; ALVES, Jorge B. **Matemática**. 2 ed. São Paulo: Ícone, 2000.
GIOVANI, J.R. **Matemática Fundamental**. 2º grau. São Paulo: FTD, 1994.

2.4.9.2 Decisão e Liderança

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa focar a função básica do Processo Administrativo: Dirigir, a qual implica a capacidade de tomar

decisões e que é fortalecida pela capacidade de liderar de acordo com as diferentes situações. O estudo e discussão sobre o Papel da liderança na Administração Pública, a partir da visita às Teorias Clássicas e Contemporâneas sobre Liderança.

Conteúdo Programático:

- A liderança nas Organizações Públicas: As bases do Poder.
- Conceito de Liderança:
 - Teorias Clássicas sobre Liderança: Traços de Personalidade; Teorias sobre Estilos de Liderança.
 - Teorias Contemporâneas sobre Liderança: Teorias Situacionais de Liderança, Contingenciais e Caminho-meta.
 - Liderança pela Corretagem do Poder.
- Conceito de Decisão:
 - Racionalidade x Intuição.
 - Processo Decisório na Administração Pública.
 - Elementos do Processo Decisório.
 - Ambientes de Decisão.
- Tipos de Decisão do Administrador Público.
- As Decisões nas Organizações.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Marta Luz Sisson de; SOZO, Martha Luci Maria (orgs.). **Uma Espiral em Movimento**: novas perspectivas em gestão e liderança. Porto Alegre: Redes, 2013.

MOTTA, Paulo. **Gestão Contemporânea**: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho**: uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 1992.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, c2011.

2.4.9.3 Estatística Inferencial

Ementa: instrumentalizar o aluno para o uso de métodos estatísticos para fins de

pesquisa científica e análise de impacto de projetos públicos.

Conteúdo:

- Inferência Estatística: Processos de decisão,
- Teoria da Estimação,
- Testes de Hipóteses.
- Regressão Linear Simples.
- Regressão Linear Múltipla.
- ANOVA (Análise de Variância).
- Uso de software de modelagem.

Bibliografia Básica:

HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R. e BLACK, W. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson e DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada**. Editora Atlas, 2007.

LEVINE et al. **Estatística**: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em Português. 5. ed. LTC, 2008.

2.4.9.4 Gestão de Serviços, Contratos e Convênios

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa à aprendizagem da administração de serviços nos níveis institucional/estratégico, intermediário/tático e operacional/técnico, bem como, da utilização e elaboração de instrumentos contratuais e convênios no poder público.

Conteúdo Programático:

- Introdução à Gestão de Serviços
- Regulação dos Serviços Públicos
- Contratualização da Administração Pública Brasileira
- Contratos: distinção entre principal e agente
- Gerenciamento de Contratos por Resultados

- Convênios e Prestação de Contas
- Administração de Recursos materiais e logísticos no setor público

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Ubiratan *et al.*. **Convênios e tomadas de contas especiais**: manual prático. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Regulação de serviços públicos e controle externo**. Brasília: TCU, 2008.

COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Agências, Contratos e OSCIPS**: a experiência pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Bibliografia Complementar:

TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por Resultados**: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**: operação, estratégias e técnicas da informação. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO - CAGE. **Guia de orientação ao gestor público**: regime diferenciado de contratações públicas - RDC. Porto Alegre: CAGE, 2013. 108 p.

BRAGA, Douglas G. **Gestão Pública**: conflitos, eficiência e democracia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

2.4.9.5 Qualidade de Serviços e Atendimento

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o conhecimento do referencial sobre qualidade e de sua aplicabilidade nos serviços públicos centrados nas necessidades da população, na resolução dos problemas e na satisfação dos usuários, trabalhadores e gestores. A gerência operacional (fluxos, rotinas e protocolos internos dos serviços públicos numa perspectiva estratégica e de qualidade);

Conteúdo Programático:

- Conceito de qualidade;
- Qualidade em serviços públicos;
- Satisfação de cidadãos e demais envolvidos;

- Gestão do fluxo operacional de forma a aumentar a qualidade;
- Técnicas de Gestão da Qualidade.

Bibliografia Básica:

ALBRECHT, Karl. **Revolução nos Serviços**: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os seus clientes. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1992.

CARR, D. K e I.D. LITTMAN. **Excelência nos Serviços Públicos**: gestão da qualidade total na década de 90. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade Total Em Serviços**: Conceitos, Exercícios e Casos Práticos. São Paulo: Atlas, 2008.

WALKER, Denis. **O Cliente em Primeiro Lugar**: o atendimento e a satisfação do cliente como uma arma poderosa de fidelidade e vendas. São Paulo: Makron Books, 1991.

2.4.9.6 Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação

Ementa: Componente curricular de carácter teórico-prático que visa dar ao aluno conhecimentos sobre os conceitos, processos e metodologias de planeamento estratégico alinhados com as práticas de Tecnologia de Informação. Dessa forma, estuda-se como desenvolver o planeamento estratégico da TI, alinhado ao o planeamento estratégico da organização. Alternativas de uso e gestão da TI (terceirização e parcerias), assim como, estudar o impacto da TI nas organizações públicas e não-governamentais.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos: Planeamento Estratégico e Alinhamento Estratégico
- O Processo de Planeamento Estratégico
- Desenvolvimento de um plano estratégico de Informação e de TI
- Ferramentas para a formulação e implementação do plano estratégico da TI
- Gestão da Informação e da TI
- Uso e Impacto da TI nas organizações públicas e não-governamentais

Bibliografia Básica:

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia da Informação**: planejamento e gestão. 3ra Ed. São Paulo: Atlas, 2013

LAURINDO, Fernando José. **Tecnologia da Informação**: planejamento e gestão de estratégias. São Paulo: Atlas, 2008

BEAL, Adriana. **Gestão Estratégica da Informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

WEBSTER, Ian Lawrence; MOTTA, Alexandre Cesar. **Planejamento e Gestão Estratégica de TI**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Redes – RNP.2012.

Bibliografia Complementar:

BOM, Jan Van. **ITIL**: guia de referência. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

GOMES, Fabio. **Elaboração de PDTI**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Redes/RNP, 2014.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (orgs.). **Gestão Pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodológicos e práticas. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

2.4.9.7 Negociação

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que objetiva focar a negociação enquanto uma das estratégias centrais num ambiente de democratização e de situações conflitivas, estudando o processo, que inclui identificação de necessidades, estratégias e táticas apropriadas, bem como planejamento de uma negociação coletiva. Estudo das estratégias e técnicas de negociação como ferramentas profissionais do administrador público. Análise dos estilos de negociação e da prática da negociação implementadora.

Conteúdos Programáticos:

- Conceito de negociação;
- Etapas do processo de negociação;
- Dimensões históricas e conceituais da negociação no setor público;
- Relações de Trabalho e Possibilidades de Negociação Coletiva na Administração Pública Brasileira;

- Metodologia de negociação coletiva do trabalho.
- Estratégias de negociação. Estilos de negociação. Estilos de persuasão.

Bibliografia Básica:

BRAGA, Douglas G. **Gestão Pública: conflitos, eficiência e democracia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

GERNIGON, B; ODERO, A.; GUIDO, H. **A Negociação Coletiva na Administração Pública Brasileira**. Brasília: OIT, 2002.

JUNIOR, David Braga; BRAGA, Douglas Gerson Braga. Metodologia de negociação coletiva do trabalho em saúde. In: **Negociação Coletiva do Trabalho em Saúde**, Natal: Ministério da Saúde, OPAS/OMS, NESC/UFRN, 1998.

MARTINELLI, Dante; ALMEIDA, Ana P. **Negociação e Solução de Conflitos**. São Paulo: Atlas, 1998.

Bibliografia Complementar:

MORAES, Paulo V. D. P.; MORAES, Márcia A. C. de. **A Negociação Ética para Agentes Públicos e Advogados**. Fórum: Belo Horizonte, 2012.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Um Método de Análise e Co-gestão de Coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000HINDLE, Tim. **Como Conduzir Negociações**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 1999.

2.4.9.8 Tópicos Especiais

Ementa: Componente curricular que enfatiza Discussão sobre as temáticas contemporâneas presentes na Gestão Pública Brasileira e Mundial. A gestão pública e os desafios emergentes. Relação Governo, Sociedade, Cidadãos e empresas.

Conteúdo programático

- Administração Contemporânea;
- Gestão Pública e os novos desafios;
- Governo e Sociedade;
- Cidadãos e empresas;
- Organizações Internacionais (ONU, FMI, World Bank, MERCOSUL)
- Demais interações.

Bibliografia Básica:

Artigos Científicos da RAP - Revista de Administração Pública, EnaPG, ENANPAD.

Portal Transparência.

Textos atuais, retirados das principais revistas especializadas e anais de congressos acadêmicos, sobre temas de interesse do grupo.

2.4.9.9 LIBRAS

Ementa: Componente curricular que abrange o estudo da cultura e do movimento surdo no Brasil e no mundo. Utilização dos sinais, números, alfabeto manual, expressão facial e corporal para a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Conteúdo Programático:

- Língua Brasileira de Sinais – Libras: estrutura, gramática, semântica, pragmática e outros elementos.
- A cultura surda e o movimento surdo no Brasil e no mundo.
- Vocabulário básico I: alfabeto manual, numerais, sinais, horário, moeda e calendário.
- Pronomes e advérbios.
- Datilologia e sinal soletrado.
- Comunicação fluente: expressão facial, corporal e mímica.
- Legislação aplicada aos surdos.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. 2.ed. Brasília/DF: Ed. Senac Distrito Federal, 2005.

FALCÃO, Luiz Alberico. **Surdez, Cognição Visual e Libras**: estabelecendo novos diálogos. São Paulo: Luiz Alberico, 2010.

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto**: curso básico: livro do estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007. Disponível em: <

http://www.faseh.edu.br/biblioteca/arquivos/acervo_digital/Libras_em_contexto_Livro_do_estudante.pdf>

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na Educação de Surdo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Global Editora, 2011.

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia. **Intérprete de Libras**. Porto Alegre: Medicação, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

2.4.9.10 Gestão do Conhecimento

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o estudo dos processos individuais e coletivos relacionados à criatividade, ao aprendizado, à importância do conhecimento tácito e da intuição, bem como das dimensões gerenciais e da organização do trabalho facilitadores de processos geradores, difusores e de apropriação de conhecimento no ambiente organizacional. Dimensões que incluem a cultura organizacional, a revisão de processos e a adoção de tecnologia na Era da informação.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos: Dados – Informação – Conhecimento
- A Gestão da informação
- A Inteligência Competitiva
- Criação do Conhecimento
- Gestão do Conhecimento
- Competências do gestor de conhecimento
- Ferramentas para implementar Gestão de conhecimento nas organizações
- Gestão de conhecimento da Administração Pública

Bibliografia Básica:

TERRA, José Cláudio. **Gestão do Conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR., Moacir de Miranda (orgs.). **Gestão Estratégica do Conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001. 348 p.

ZABOT, João Batista M.; SILVA, L.C. Mello da. **Gestão do Conhecimento**: aprendizagem e tecnologia construindo a inteligência coletiva. São Paulo: Atlas, 2003. 142 p.

STAREC, Claudio; GOMES, Elizabeth; CHAVES, Jorge (org). **Gestão Estratégica da Informação e Inteligência Competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006. 351p.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO DE CARVALHO, Fábio (org). **Gestão do Conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012. 298p.

2.4.9.11 Mecanismos Institucionais de Cooperação

Ementa: Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o estudo das relações de cooperação entre os Entes Federativos.

Conteúdo Programático:

A cooperação e o conflito.

- Estado Federal – Competências dos Entes Federados –
- A previsão constitucional da Cooperação;
- Cooperação Administrativa: Consórcios Públicos e outras formas de cooperação
- A legislação infraconstitucional (Lei Complementar 140/2011; Lei 11.107/2005); e os instrumentos infra legais (Decreto 6017/2007);
- Casos paradigmáticos relacionados à cooperação federativa.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **A Constituição Interpretada pelo STF**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaStfInternacional/portaStfSobreCorte_pt_br/ano/exo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf

BRASIL. **Lei Complementar 140/2011**.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Consórcios Públicos**. São Paulo, 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

MEDAUAR, Odete; OLIVEIRA, Gustavo. **Consórcios Públicos**: comentários à Lei 11.107/2005. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em consonância com os objetivos do curso de Administração Pública, almeja-se que a aprendizagem seja orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação, com ênfase na resolução de situações-problema.

Os processos educativos contemporâneos são produtos de transformações econômicas, políticas, científicas e tecnológicas¹⁰.

A metodologia definida para desenvolver as atividades do Curso de Administração Pública está comprometida com a interdisciplinaridade e a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

As práticas metodológicas do curso de Administração Pública estão fundamentadas na interação professor/aluno/conhecimento/realidade social. Esta interação exige uma postura incentivadora por parte do docente, estimulando a participação ativa do discente no ato de aprender, e uma postura orientadora do docente no processo de aprendizagem do aluno. O professor apresenta uma questão problematizadora e estimula a relação de conhecimentos e experiências dos alunos e o esforço de síntese a fim de resolver a problemática que originou a discussão.

Aulas, seminários, debates e demais atividades propostas no curso de Administração Pública deverão contemplar ações que permitam o desenvolvimento dos objetivos traçados em articulação com o corpo do PPC e dos seus respectivos projetos

¹⁰ LACANALLO, Luciana F.; SILVA, Sandra S. de C.; MELLO, Diene E. de; OLIVEIRA, Bortotti de; GASPARIN, João Luiz; TERUYA, Teresa K.. Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático. In: Anais da VII Jornada do HISTEDBR – O trabalho didático na história da educação. Campo Grande, 17 a 19 de setembro de 2007.

de ensino, perpassando a bibliografia sugerida, em uma composição na qual básica e complementar sejam trabalhadas em conexões entre os dispositivos conceituais abordados.

A bibliografia complementar sugerida no ementário deste PPC deve passar por análises e revisões periódicas, tendo em vista a crescente produção acadêmico-científica na área.

Além dessas ferramentas, será incentivada a participação em ações de pesquisa e extensão e também, que incluem atividades como: a) discussão de textos para construção do conhecimento; b) dinâmica de grupo e debates para estimular a postura crítica e reflexiva, que permita o estabelecimento de relações entre os diversos componentes curriculares e a prática profissional; c) elaboração de projetos voltados à solução dos problemas pertinentes à área.

Paralelamente a essas práticas metodológicas, prevê-se também a realização de estágio supervisionado obrigatório e de atividades complementares, como forma de aumentar as oportunidades de ensino e aprendizagem.

2.6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Neste subcapítulo, serão apresentadas as diversas sistemáticas de avaliação nas diferentes situações do curso: avaliação discente em relação aos processos de aprendizagem, avaliação do curso e avaliação docente, conforme o Regimento Geral da Universidade (RGU).

2.6.1 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação dos processos de aprendizagem deverá considerar os princípios estabelecidos neste PPC e ainda, os dispositivos legais e normativos, bem como, os critérios estabelecidos por cada docente responsável pelos componentes curriculares, tendo como base o sistema de avaliação da UERGS regulamentado pela Resolução nº 07/2003. Sua ênfase deverá ser em relação ao processo ensino-aprendizagem e não

somente em relação ao produto alcançado.

Os instrumentos e os critérios, tanto para a avaliação dos docentes, como dos alunos, serão elaborados e definidos pelos docentes em compatibilidade com este PPC. Critérios e instrumentos devem ser de conhecimento prévio dos alunos. Critérios são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador. Em termos gerais, o processo avaliativo deve pautar-se, basicamente, pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e ao perfil de bacharel formado no curso de Administração Pública. A avaliação deve servir para (re)direcionar tanto a prática do professor como a do aluno em função dos objetivos propostos.

Espera-se que seja trabalhada, em cada componente curricular, a prática de produção/revisão de textos acadêmicos sobre os objetos específicos de cada campo de estudo. Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no plano de ensino de cada professor.

O ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, parte dos instrumentos que compõem os os SINAES – Sistema Nacional de avaliação do Ensino Superior, é um instrumento que avalia os conhecimentos dos alunos, conforme escolha de curso pelo MEC. À UERGS cabe a inscrição de todos os estudantes considerados ingressantes e concluintes, segundo critérios estipulados pelo MEC.

2.6.1 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação do curso deverá seguir as normas institucionais da Comissão Própria da Avaliação Institucional – CPA; no entanto, cabe à coordenação do curso promover o exercício constante de avaliação do mesmo, a fim de qualificá-lo periodicamente, em espaços de discussões com o corpo docente envolvido. Deve ser elaborado um instrumento a ser preenchido pelos docentes e alunos participantes do Curso, considerando, entre outros critérios, a pertinência social, a relevância e educacional, a consistência na formação e as possibilidades de desenvolvimento dos princípios norteadores do Curso. Cabe também à coordenação planejar a periodicidade da

avaliação do curso, em conjunto com os membros da CPA.

Respalado nos princípios aqui delimitados, o Projeto Pedagógico do Curso, entendido como um processo permanente de reflexão e discussão e exercício da cidadania, trata de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica, deve, periodicamente, ser objeto de estudo dos profissionais envolvidos no curso, tendo em vista a sua qualificação. Neste sentido, o colegiado do curso deve constituir uma comissão com o objetivo de acompanhar e avaliar sistematicamente a implementação do atual projeto, garantindo sua efetivação em todas as instancias, especialmente quanto ao cumprimento das práticas pedagógicas como componente curricular e das atividades científico-culturais e de extensão.

2.7 APOIO AOS DISCENTES

Neste subcapítulo são apresentadas as ações de apoio aos discentes, tanto em âmbito acadêmico como na forma de assistência estudantil.

2.7.1 Acadêmico

De acordo com o RGU/UERGS, Art. 348, o corpo discente compõe-se de acadêmicos regulares e acadêmicos especiais. A saber:

Do Corpo Discente

Art. 348 – O corpo discente compõe-se de acadêmicos regulares e acadêmicos especiais.

§ 1º - acadêmicos regulares são aqueles matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu e mestrado profissional;

§ 2º - acadêmicos especiais são aqueles matriculados em cursos de pós-graduação lato sensu, extensão ou em cursos de graduação em regime especial. (RGU – PROENS – UERGS. P. 131).

O Curso de Administração Pública deverá ater-se à legislação de ingresso e de aprovação e à organização da UERGS e o corpo docente deverá deixar disponível parte de sua carga horária para atendimento dos discentes de forma a complementar sua formação acadêmica.

2.7.2 Assistência Estudantil

As ações político-pedagógicas do Curso de Administração Pública da UERGS devem prever sondagens individuais periódicas sobre metas e objetivos profissionais dentre os acadêmicos e não apenas de caráter de conhecimento, visando orientação e bom direcionamento de suas carreiras de acordo com suas potencialidades, bem como visando evitar a evasão. Além disto, deve seguir as diretrizes apontadas pela PROENS (Pró-Reitoria de Ensino), pois segundo o Regimento Geral da Universidade é esta Pró-Reitoria que deve nortear as ações de Assistência da IES. A saber:

- XI – elaborar política de assistência estudantil de forma a garantir aos acadêmicos como baixo poder aquisitivo programas especiais, aprovados pelo CONSUN, que auxiliem, entre outras despesas, no custeio de moradia, transporte e alimentação;
- XII - formular programas especiais, aprovados pelo CONSUN, para o corpo discente que estimulem a participação em atividades de ensino e afins por meio de bolsas de apoio acadêmico;
- XIII – fomentar e formular programas de formação e de acessibilidade que contemplem às necessidades especiais dos membros da comunidade universitária, conforme legislação pertinente; (RGU – PROENS – UERGS – p. 35 e 36).

Em termos de Assistência Estudantil, o curso deverá procurar o apoio do NAD (Núcleo de Atendimento ao Discente) em termos de conhecimentos e apoio para os discentes no que tange a aspectos pedagógicos, psicopedagógicos e financeiros. De acordo com suas atribuições no RGU/UERGS. A saber:

- Art. 188 - São atribuições do Núcleo de Atendimento ao Discente:
- I – propor e aplicar políticas de atendimento aos discentes no que tange à apoio pedagógico, psicopedagógico e financeiro;
 - II – desenvolver programas de bolsas e de assistência a portadores de necessidades especiais; (RGU – PROENS – UERGS. P. 80).

2.8 INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso de Administração Pública localiza-se em duas Unidades da Universidade. No CAMPUS CENTRAL, na Av. Bento Gonçalves, nº 8.855, bairro Agronomia, Porto Alegre/RS, e na Rua Nossa Senhora Aparecida, 115 - Bairro Aparecida, em Frederico Westphalen. Neste subcapítulo será apresentado o Corpo Docente e Técnico Administrativo necessário para a oferta regular do curso, assim como a infraestrutura disponível atualmente para a realização das atividades propostas.

2.8.1 Corpo Docente e Técnico Administrativo

O Corpo Docente mínimo, necessário para a realização do curso é de 20 professores. Distribuídos em quatro grandes áreas: ciências humanas, sociais, jurídicas e exatas aplicadas, demonstrando a interdisciplinaridade do curso. A relação direta entre as áreas e seus devidos componentes curriculares, encontram-se com maior detalhamento no Quadro 1.

QUADRO 1 – RELAÇÃO PERFIL DOCENTE vs. COMPONENTE CURRICULAR

Área do docente e perfil	Docentes	Componente curricular
Contábeis (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Ciências Contábeis com ênfase e/ou pós-graduação em Controladoria e Finanças, Auditoria Integral e Contabilidade Aplicada ao Setor Público)	1	Contabilidade Pública/ Contabilidade Geral/ Custos/ Gestão Financeira e Orçamentária I / Gestão Financeira e Orçamentária II
Letras (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Letras com ênfases e/ou pós-graduação em comunicação social, formação linguística aplicada e processos de aprendizagem)	1	Produção de Textos e Expressão/ Oficina de Trabalho de Curso I/ Oficina de Trabalho de Curso II
Psicologia (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Psicologia Social com ênfases e/ou pós-graduação em psicologia organizacional ou psicologia do trabalho)	1	Psicologia Organizacional/ Oficina de Trabalho de Curso I/ Oficina de Trabalho de Curso II
Administração (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Administração de Empresas com ênfases e/ou pós-graduação nas áreas do marketing e comunicação social, finanças, sistemas de informação, gestão do desenvolvimento)	8	Teoria Geral de Administração/ Administração Pública/ Teoria das Organizações/Gestão de conhecimento/ Marketing no Setor Público/ Gestão por processos/ Gestão de Pessoas/ Mídia e comunicação/ Projetos Públicos/ Tópicos especiais/ entre outras
Economia (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Economia com ênfases ou pós-graduação em desenvolvimento)	2	Estatística inferencial/ Economia/ Economia do Setor Público/ Matemática Financeira/ Estatística/ Financiamento Público/ Gestão Financeira e Orçamentária I, II/ entre outras
Ciências Sociais (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Ciências Sociais com ênfases e/ou pós-graduação em sociologia, antropologia, ciências políticas e/ou educação).	2	Sociologia/ Estudos Antropológicos/ Estado, Mercado e Terceiro Setor/ Políticas Públicas Comparadas/ Controle Social/ Ciência Política.
Filosofia (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Filosofia com ênfase ou pós-graduação em educação)	1	Filosofia Política/ Oficina de Trabalho de Curso I/ Oficina de Trabalho de Curso II
Ciências exatas aplicadas (Graduação, Mestrado ou Doutorado em ciências exatas)	1	Conceitos Matemáticos/Cálculo/Estatística/ Estatística Inferencial
Libras (Graduação em Letras-Libras com ênfases e ou pós-graduação em libras)	1	Libras/ Oficina de Trabalho de Curso I/ Oficina de Trabalho de Curso II
Ciências Jurídicas (Graduação, Mestrado ou Doutorado em Direito)	2	Direito Constitucional/ Direito Administrativo I/ Direito Administrativo II/ Direito Regulatório/ Políticas Públicas Comparadas/ entre outras da área

Fonte: Elaborado pelos Autores

Em relação ao corpo técnico administrativo, o número mínimo necessário de profissionais é de 05 profissionais e 03 estagiários preparados para dar suporte aos setores da biblioteca, secretaria, tecnologia da informação como se detalha no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição do Corpo Técnico necessário por setores acadêmicos

	Recepção	Secretária	Biblioteca	Tecnologia da informação
Bibliotecários			02	
Técnico em TI				01
Administrativos		02		
Estagiários	01		01	01

Fonte: Elaborado pelos Autores

2.8.2 Infraestrutura

NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA FÍSICA POR CURSO

a) Instalações/Salas e mobiliário

Quantidade	Especificação	Mobiliário
01	Sala para atividades administrativas	
01	Sala para Biblioteca	
01	Sala de estudos individuais	
10	Salas para Professores	
01	Sala para Coordenação	
01	Sala para atendimento aos estudantes	
01	Sala de Reuniões	
01	Sala para alunos monitores de disciplinas	
01	Sala para alunos bolsistas de pesquisa	
01	Área de convivência	<i>Continua (...)</i>

Quantidade	Especificação	Mobiliário
	Sanitários masculino e feminino para alunos	
1	Sanitários masculino e feminino para professores e servidores	
01	Sala para Diretório Acadêmico	
01	Área destinada para cafeteria/lanchonete	Mesas e cadeiras
01	Auditório para 100 pessoas	100 poltronas, 01 data-show e 01 quadro branco
10	Salas de aula	Mobiliário para 40 alunos cada sala
01	Salas para atendimento às demandas da comunidade (gestão pública)	

b) Laboratórios (listar laboratórios e equipamentos por laboratório)

Quantidade	Laboratório	Espaço físico mínimo (m ²)
01	Sala de almoxarifado	80m ²
02	Informática	Espaço para acomodar 40 estudantes, internet de alta velocidade, lousa eletrônica multimídia, suporte à teleconferência.

ANEXO 1 - Estágio Curricular Obrigatório

	<p><i>Curso:</i> Administração (Gestão Pública) <i>Unidade:</i> Porto Alegre</p>
<p>MODALIDADES DE ESTÁGIOS</p>	

O Curso de Administração propondo-se a oferecer condições a todos os alunos, independentemente de sua situação profissional, de cumprir os objetivos do estágio e atender as exigências legais oferece duas modalidades, dispostas a seguir, para cumprir esta etapa da vida acadêmica. E para se matricular o discente deve ter cursado 1800 horas do curso.

O aluno deverá analisar a modalidade apropriada ao seu caso, preencher o Formulário “Ficha de Opção de Estágio” e entregá-lo à Coordenação de Estágio do Curso.

MODALIDADE 1 – ALUNO ESTAGIÁRIO

1. Estágio em andamento

Muitos alunos já estão realizando estágio em empresas privadas ou públicas (com Contrato e Termo de Compromisso assinados pela Universidade), para esses casos é necessário observar os itens abaixo:

A) Para estágios já realizados (até fevereiro de 2013) e ainda não validados como estágio obrigatório:

A Coordenação de Estágio reconhece esta modalidade, desde que:

- O estágio tenha sido realizado a partir da conclusão de 1800h do currículo do curso;
- O programa de estágio desenvolvido ou em andamento seja aprovado pelo Coordenador de Estágio e por um Orientador de Estágio;
- O estágio tenha sido supervisionado e aprovado por um representante da Universidade.
- O aluno deverá, necessariamente, matricular-se no componente curricular (semestre 2013/1) e cumprir os requisitos necessários para sua aprovação.

B) Para estágios em andamento:

A Coordenação de Estágio reconhece esta modalidade, desde que:

- O estágio tenha sido iniciado a partir da conclusão de 1800h do currículo do curso;

- O programa de estágio em andamento seja aprovado pelo Coordenador de Estágio e por um Orientador de Estágio;
- O aluno deverá, necessariamente, matricular-se no componente curricular (semestre 2013/1) e cumprir os requisitos necessários para sua aprovação.

C) Para estágios novos (a partir de março de 2013):

- O aluno deverá, necessariamente, matricular-se no componente curricular e cumprir os requisitos necessários para sua aprovação;
- O aluno deverá observar o pré-requisito de conclusão de 1800h de integralização do curso (horas cursadas);

MODALIDADE 2 – ALUNO EMPREGADO (CLT) OU ALUNO SERVIDOR PÚBLICO

Cargos Administrativos e de Supervisão:

Os alunos que já atuam como profissionais em cargos administrativos e/ou de supervisão, chefia ou gerência, nas áreas de administração (Adm. Geral, Finanças, Recursos Humanos, Marketing e Produção) e Área Contábil, com experiência comprovada de no mínimo um ano.

A aprovação desta modalidade dependerá da área de atuação e das funções que este aluno executa no cargo.

Os alunos deverão apresentar uma declaração da empresa, mencionando o cargo e as funções que exercem, anexando cópia da Carteira de Trabalho, onde consta o nº da Carteira Profissional, a identidade pessoal e o registro do cargo atualmente ocupado.

Todos os alunos independentemente da sua opção pela MODALIDADE 1 ou MODALIDADE 2 deverão apresentar um relatório individual.

	<p>Curso: Administração (Gestão Pública) Unidade: Porto Alegre</p>
<p>MODALIDADES DE ESTÁGIOS</p>	

FICHA DE OPÇÃO DE ESTÁGIO	
Matricula: _____	Semestre: _____
<p>Aluno: _____</p> <p>Tel. Res.: _____ Tel. Com. _____</p> <p>e-mail: _____</p>	
<p>Área:</p> <p><input type="checkbox"/> Recursos Humanos</p> <p><input type="checkbox"/> Marketing</p> <p><input type="checkbox"/> Administração Produção/ Sistemas</p> <p><input type="checkbox"/> Administração Geral</p> <p><input type="checkbox"/> Finanças</p>	<p>Modalidade de Estágio</p> <p><input type="checkbox"/> Mod. 1 – Estágio</p> <p style="padding-left: 20px;"><input type="checkbox"/> 1A – Estágio/Pesquisa em andamento</p> <p style="padding-left: 20px;"><input type="checkbox"/> 1B – Estágio/Pesquisa já realizado, não validado</p> <p><input type="checkbox"/> Mod. 2 – Prática Profissional</p>
Empresa/Organização:	
Endereço:	
Contato (Nome e Telefone):	

Observação:

Mod. 1 A – Estágio/Pesquisa em andamento Mod. 1B - Estágio/Pesquisa já realizado e ainda não validado

.....

.....

.....

.....

Data:

Assinatura:

	Curso: Administração (Gestão Pública) Unidade: Porto Alegre
	FICHA DE AVALIAÇÃO PARCIAL DA ORGANIZAÇÃO

DADOS DO ALUNO (A)
Nome:
Organização:
Área ou setor do estágio:
Supervisor na Organização:

INSTRUÇÕES

- O estagiário deverá ser avaliado na 1ª etapa de seu estágio, pelo supervisor na organização, através do preenchimento desta ficha:
 - Serão preenchidas mais de uma ficha, se o estagiário estiver sob a supervisão de diferentes pessoas no decorrer do estágio, quando então, cada supervisor preencherá uma ficha distinta.
 - Caso o aluno seja bolsista de pesquisa, o coordenador da pesquisa deverá preencher esta avaliação.
- Os critérios de avaliação estão divididos em:
 GRUPO 1 - onde serão avaliados os aspectos profissionais.
 GRUPO 2 - serão avaliados os aspectos humanos.
- Atribua um valor a cada item, avaliando o desempenho do estagiário, conforme tabela de conceitos e valores ao lado.

CONCEITO	VALOR
<i>EXCELENTE</i>	9,0 a 10
<i>MUITO BOM</i>	8,9 a 7,5
<i>BOM</i>	7,4 a 6,0
<i>INSUFICIENTE</i>	< 5,9

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

ITEM	GRUPO 1 - ASPECTOS PROFISSIONAIS	VALOR
01	ADAPTABILIDADE – Ajustamento à sua condição de profissional atuando dentro de sua habilitação técnica.	
02	APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS – Capacidade em aplicar seus conhecimentos para um melhor desempenho de suas atividades.	
03	ATENÇÃO E QUALIDADE – Cuidado com que realiza o trabalho, forma de apresentá-lo e qualidade de conteúdo.	
04	FACILIDADE DE COMPREENSÃO – Aptidão para observar e analisar os elementos de um problema, chegando a compreensão lógica do todo.	
05	ZELO PELO MATERIAL DE TRABALHO – Cuidado com o uso de equipamentos e materiais.	
06	ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO – Capacidade de organizar as ações futuras de uma execução para obtenção dos objetivos.	
07	APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL – Interesse em preparar-se para a vida profissional, adquirindo novos conhecimentos.	

ITEM	GRUPO 2 - ASPECTOS HUMANOS	VALOR
01	CAPACIDADE DE RELACIONAMENTO – Tratamento dispensado aos colegas, supervisores e subordinados.	
02	ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE – Constância e pontualidade no cumprimento dos horários e dias determinados pela organização.	

03	AUTOCRÍTICA – Capacidade de reconhecer suas limitações e conhecer suas virtudes	
04	DESEMBRAÇO – Facilidade e espontaneidade com que age frente a pessoas, fatos e situações.	
05	DISCIPLINA – Observância das normas e regulamentos internos da organização.	

Data: ____/____/____

Supervisor na Organização (assinatura e carimbo)
(ou) Professor Coordenador da Pesquisa

	Curso: Administração (Gestão Pública) Unidade: Porto Alegre
	FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DA ORGANIZAÇÃO

DADOS DO ALUNO (A)
Nome:
Organização:
Área ou setor do estágio:
Supervisor na Organização:

INSTRUÇÕES

- O estagiário deverá ser avaliado na 1ª etapa de seu estágio, pelo supervisor na organização, através do preenchimento desta ficha:
 - Serão preenchidas mais de uma ficha, se o estagiário estiver sob a supervisão de diferentes pessoas no decorrer do estágio, quando então, cada supervisor preencherá uma ficha distinta.
 - Caso o aluno seja bolsista de pesquisa, o coordenador da pesquisa deverá preencher esta avaliação.
- Os critérios de avaliação estão divididos em:

GRUPO 1 - onde serão avaliados os aspectos profissionais.

GRUPO 2 - serão avaliados os aspectos humanos.
- Atribua um valor a cada item, avaliando o desempenho do estagiário, conforme tabela de conceitos e valores ao lado.

CONCEITO	VALOR
<i>EXCELENTE</i>	9,0 a 10
<i>MUITO BOM</i>	8,9 a 7,5
<i>BOM</i>	7,4 a 6,0
<i>INSUFICIENTE</i>	< 5,9

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

ITEM	GRUPO 1 - ASPECTOS PROFISSIONAIS	VALOR
01	ADAPTABILIDADE – Ajustamento à sua condição de profissional atuando dentro de sua habilitação técnica.	
02	APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS – Capacidade em aplicar seus conhecimentos para um melhor desempenho de suas atividades.	
03	ATENÇÃO E QUALIDADE – Cuidado com que realiza o trabalho, forma de apresentá-lo e qualidade de conteúdo.	
04	FACILIDADE DE COMPREENSÃO – Aptidão para observar e analisar os elementos de um problema, chegando a compreensão lógica do todo.	
05	ZELO PELO MATERIAL DE TRABALHO – Cuidado com o uso de equipamentos e materiais.	
06	ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO – Capacidade de organizar as ações futuras de uma execução para obtenção dos objetivos.	
07	APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL – Interesse em preparar-se para a vida profissional, adquirindo novos conhecimentos.	

ITEM	GRUPO 2 - ASPECTOS HUMANOS	VALOR
------	----------------------------	-------

01	CAPACIDADE DE RELACIONAMENTO – Tratamento dispensado aos colegas, supervisores e subordinados.	
02	ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE – Constância e pontualidade no cumprimento dos horários e dias determinados pela organização.	
03	AUTOCRÍTICA – Capacidade de reconhecer suas limitações e conhecer suas virtudes	
04	DESEMBRAÇO – Facilidade e espontaneidade com que age frente a pessoas, fatos e situações.	
05	DISCIPLINA – Observância das normas e regulamentos internos da organização.	

Data: ____ / ____ / ____

Supervisor na Organização (assinatura e carimbo)
(ou) Professor Coordenador da Pesquisa

	<p><i>Curso:</i> Administração (Gestão Pública) <i>Unidade:</i> Porto Alegre</p>
<p>FICHA DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO (PARA USO DO PROFESSOR ORIENTADOR)</p>	

Aluno(a):	Matricula:
-----------	------------

AVALIAÇÃO FINAL - MODALIDADE 1 - ALUNO ESTAGIÁRIO																	
Avaliação do Concedente																	
Parcial	Final																
GRUPO 1 = Total (.....) /7 =	GRUPO 1 = Total (.....) /7 =																
GRUPO 2 = Total (.....) /5 =	GRUPO 2 = Total (.....) /5 =																
R1 = (Grupo 1 + Grupo 2)/2 =.....	R2 = (Grupo 1 + Grupo 2)/2 =.....																
<table style="width: 100%; border: none;"> <thead> <tr> <th style="width: 80%;"></th> <th style="width: 10%; text-align: center;">VALOR</th> <th style="width: 5%; text-align: center;">PESO (%)</th> <th style="width: 5%; text-align: center;">SUB TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AVALIAÇÃO DO CONCEDENTE (N1=[R1 + R2]/2).....</td> <td style="text-align: center;">_____</td> <td style="text-align: center;">X 3</td> <td style="text-align: center;">= _____</td> </tr> <tr> <td>AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....</td> <td style="text-align: center;">_____</td> <td style="text-align: center;">X 7</td> <td style="text-align: center;">= _____</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">TOTAL:</td> <td colspan="3">_____</td> </tr> </tbody> </table>			VALOR	PESO (%)	SUB TOTAL	AVALIAÇÃO DO CONCEDENTE (N1=[R1 + R2]/2).....	_____	X 3	= _____	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....	_____	X 7	= _____	TOTAL:	_____		
	VALOR	PESO (%)	SUB TOTAL														
AVALIAÇÃO DO CONCEDENTE (N1=[R1 + R2]/2).....	_____	X 3	= _____														
AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....	_____	X 7	= _____														
TOTAL:	_____																

AVALIAÇÃO FINAL - MODALIDADE 2 - ALUNO EMPREGADO (CLT) OU ALUNO SERVIDOR PÚBLICO													
<table style="width: 100%; border: none;"> <thead> <tr> <th style="width: 80%;"></th> <th style="width: 10%; text-align: center;">VALOR</th> <th style="width: 5%; text-align: center;">PESO (%)</th> <th style="width: 5%; text-align: center;">SUB TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....</td> <td style="text-align: center;">_____</td> <td style="text-align: center;">X 10</td> <td style="text-align: center;">= _____</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">TOTAL:</td> <td colspan="3">_____</td> </tr> </tbody> </table>			VALOR	PESO (%)	SUB TOTAL	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....	_____	X 10	= _____	TOTAL:	_____		
	VALOR	PESO (%)	SUB TOTAL										
AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL (N2).....	_____	X 10	= _____										
TOTAL:	_____												

VALOR FINAL _____ CONCEITO: _____ Carga Horária
Cumprida: _____
Resultado: APROVADO () REPROVADO ()

Nome	Assinatura	
		Professor Orientador
		Coordenador de Estágio do Curso

Data: ____/____/____